

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA EMPRESARIAL DA
COMARCA CENTRAL DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Processo nº 0085645-87.2020.8.19.0001

**A ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
DO GRUPO JOÃO FORTES ENGENHARIA**, formado por 63 (sessenta e três)
sociedades, tendo a Administração Judicial sido devidamente nomeada por este
d. Juízo nos autos do processo em epígrafe, vem a íncrita presença de V.Exa.,
em cumprimento ao artigo 22, II, “d” da Lei nº 11.101/05 e à decisão de fls.
8.369/8.380, item 1.2, apresentar:

**11º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES – RMA DO
GRUPO JOÃO FORTES ENGENHARIA**

Í N D I C E

I. DADOS RELEVANTES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	3
II. STATUS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	6
III. DA QUESTÃO SOBRE A SEGREGAÇÃO SUBSTANCIAL – SPE'S COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	16
IV. INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS	21
V. DA ANÁLISE DO PASSIVO DO GRUPO JOÃO FORTES	33
VII. DA ANÁLISE DO CONTÁBIL-FINANCEIRA DO GRUPO JOÃO FORTES ENGENHARIA.....	43
VII - RELATÓRIO DE ANDAMENTOS PROCESSUAIS.....	44
VIII - RELATÓRIO DE INCIDENTES PROCESSUAIS	44
IX – RELATÓRIO DE ANDAMENTO DOS AGRAVOS DE INSTRUMENTO	44
X – FORMULÁRIO CNJ - RECOMENDAÇÃO Nº 72/2020.....	44

I. DADOS RELEVANTES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. A fim de conferir aos credores e interessados uma maior facilidade e transparência na obtenção das datas e prazos inerentes à presente R.J., a A.J. apresenta abaixo quadro sintético com estas informações, que serão atualizadas conforme os avanços da recuperação judicial:

Cronograma Processual		
Processo nº: 0085645-87.2020.8.19.0001		
Recuperandas: Grupo João Fortes		
Data*	Evento	Lei 11.101/05
27/04/2020	Ajuizamento do pedido de recuperação	
12/05/2020	Deferimento do pedido de recuperação	art. 52, I, II, III, IV e V e §1º
01/06/2020	Publicação do deferimento no D.O.	
30/06/2020	Publicação do 1º Edital do devedor	art. 52, §1º
15/07/2020	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, §1º
31/07/2020	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53
15/09/2020	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único
15/10/2020	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
15/09/2020	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, §2º
25/09/2020	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 36
	1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
29/10/2020	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após do deferimento da recuperação)	art. 56, §1º
	Sentença de homologação do PRJ	art. 58


	Publicação de aviso aos credores sobre a homologação do PRJ	
	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após a concessão da recuperação judicial)	art. 61

- Eventos Ocorridos

- Data estimada

*A contagem dos prazos deve observar a regra prevista na decisão de fls. 8.378/8.379, item 15, devendo se atentar para o pedido liminar das recuperandas formulado na inicial em relação à contagem do *stay period* e prazo de apresentação do P.R.J., que pende de análise do Juízo.

2. Por seu turno, buscando conferir uma maior transparência e facilidade de acesso às informações inerentes à presente recuperação judicial, bem como possibilitar a ampla comunicação entre credores, devedoras e a Administração Judicial, a A.J. apresenta abaixo quadro sintético com os sites e canais de comunicação disponibilizados pela mesma e pelas recuperandas, para viabilizar a interface com os credores:

SITES INFORMATIVOS E CANAIS DE CONTATO	
Site da Administração Judicial com o link de acesso às informações relativas à presente recuperação judicial	https://preserva-acao.com.br/recuperacao-judicial/grupo-joao-fortes/
Serviço de Atendimento ao Credor – SAC - para onde devem ser encaminhadas dúvidas e pedidos de esclarecimentos, bem como as habilitações e divergências administrativas	admjudjoaofortes@preserva-acao.com.br
Serviço de Atendimento ao Credor – SAC – “Fale com a Recuperanda” – <i>Chat on line</i>	https://preserva-acao.com.br/chat/
Vídeo explicativo aos credores sobre as providências que podem adotar após o recebimento da carta informando o crédito, bastando aos interessados apontarem a câmera dos seus celulares para o QR Code para assistir.	

Site das recuperandas relacionado à recuperação judicial	http://www.joaofortes.com.br/institucional/faq.aspx
Canal de comunicação das recuperandas relacionado à recuperação judicial	recuperacaojudicial@joaofortes.com.br

II. STATUS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

3. Na data de 12/05/2020, às fls. 8.369/8.380 dos autos da recuperação judicial, foi proferida decisão de deferimento do processamento do Grupo João Fortes Engenharia, composto por 63 (sessenta e três) sociedades, determinando a segregação das relações de credores e dos planos de recuperação judicial de empreendimentos com patrimônio de afetação.

4. Contra a decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial foram interpostos os Agravos de Instrumento nº 0032240-42.2020.8.19.0000, 0039268-61.2020.8.19.0000, 0040753-96.2020.8.19.0000, 0040760-88.2020.8.19.0000, 0048107-75.2020.8.19.0000, 0048366-70.2020.8.19.0000, 0053218-40.2020.8.19.0000, e 0053195-94.2020.8.19.0000 onde se postulam, em síntese, **(a)** a exclusão das Sociedades de Propósito Específico, com ou sem patrimônio de afetação, do polo ativo da recuperação judicial, alegando incompatibilidade de tais sociedades com o instituto da recuperação judicial; **(b)** o levantamento do sigilo conferido às demonstrações contábeis das recuperandas e à relação de bens dos controladores e administradores do Grupo; **(c)** o restabelecimento das medidas de cobrança de cotas condominiais; **(d)** impossibilidade de processamento da recuperação judicial da JFE 12 Empreendimentos Imobiliários Ltda.; **(e)** incompetência da Vara Empresarial do Rio de Janeiro para processar a recuperação judicial da JFE 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

5. Em cumprimento ao artigo 53 da Lei nº 11.101/2005, as Recuperandas apresentaram às fls. 15215/15216, o Plano de Recuperação Judicial Consolidado, bem como 08 (oito) Planos de Recuperação Judicial relativos às empresas que possuem patrimônio de afetação, em conformidade com a decisão deferitória do processamento da recuperação judicial.

6. Posteriormente, em 20/08/2020, em razão de serem identificados

erros materiais nos planos apresentados, as Recuperandas apresentaram novos planos, retificando os erros materiais identificados, conforme relação abaixo:

PLANOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	FLS.
Consolidado – Sem patrimônio de afetação	18.869/19.014
Segregado - Mares de Goa – João Fortes Engenharia S/A – Com patrimônio de afetação	19.016/19.095
Segregado – Mediterraneo Rezidenza – Incorporadora Pinheiro Pereira 12 Ltda – Com patrimônio de afetação	19.097/19.177
Segregado – Le Quartier Boulevard Taguatinga – JFE 18 Empreendimentos Imobiliários Ltda – Com patrimônio de afetação	19.179/19.259
Segregado – Forum Empresarial Taquara – JFE 32 Empreendimentos Imobiliários Ltda – Com patrimônio de afetação	19.261/19.341
Segregado – Le Quartier Granbery – JFE 34 Empreendimentos Imobiliários Ltda – Com patrimônio de afetação	19.343/19.425
Segregado – Quinta de Altiora – JFE 36 Empreendimentos Imobiliários Ltda – Com patrimônio de afetação	19.427/19.509
Segregado – One Offices – SPE Americas Projeto 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda – Com patrimônio de afetação	19.511/19.593
Segregado – Ocean Garden Concominium Club – JFE 53 Empreendimentos Imobiliários Ltda – Com patrimônio de afetação	19.595/19.676

7. Em relação à fase de verificação administrativa dos créditos, em cumprimento ao artigo 7º, §2º da Lei nº 11.101/2005, a Administração Judicial apresentou nos autos da recuperação judicial, tempestivamente, no dia 31/08/2020, todas as análises individualizadas das divergências e habilitações de crédito apresentadas até o dia 15/07/2020 (fls. 20.208/30.051).

8. Em 15/09/2020, foi publicado o edital do artigo 7º, §2º e 53, parágrafo único da LRE no Diário de Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro (DJe), deflagrando o prazo para apresentação de impugnações à relação de credores, bem como para apresentação de objeções ao plano de recuperação judicial pelos credores.

9. Importante destacar que tanto a relação de credores, quanto o Edital publicado no DJE foram disponibilizados pela Administração Judicial em seu site, através do link: <https://preserva-acao.com.br/recuperacao-judicial/grupo->

[joao-fortes/](#).

10. Outrossim, informa a A.J. que diversas objeções ao Plano de Recuperação Judicial foram apresentadas nos termos do artigo 55 da Lei nº 11.101/2005:

FOLHAS	CREDOR/PETICIONANTE	DATA
30364/30368	ELLON CORRÊA DA FONSECA, LUCIANA MARINHO GOLLO DA FONSECA, RICARDO STEELE GARRIDO	17/09/2020
30822/30825	IVONETE MARIA DA COSTA MARINHO E EUZA MARIA DA SILVA SOARES	21/09/2020
31778/31781	RCA ESQUADRIAS E FACHADAS LTDA - EPP	24/09/2020
31783/31786	RCA ESQUADRIAS E FACHADAS LTDA - EPP	24/09/2020
31788/31791	PROSOCIA PLANEJAMENTO E SERVIÇOS SOCIETÁRIOS LTDA	24/09/2020
31834/31837	NÁEL AHMAD HELAL MUHAMAD MUSTAFÁ E NAJWA SAED RASHED AHMAD	24/09/2020
31839/31845	PRIME VALOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	24/09/2020
32406/32052	LUIZ BEZERRA DE OLIVEIRA LIMA FILHO E ELAINE WETZEL	24/09/2020
32053/32055	FELIPE RIBEIRO ANDRÉ	24/09/2020
32057/32062	PERDIZ DE JESUS ADVOGADOS ASSOCIADOS	24/09/2020
32064/32066	BR INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	24/09/2020
34225/34234	ANDRÉ LUIS SANTOS BOCCAZIO, JUCYMAR DE CASTRO BORBA SANTOS BOCCAZIO, BRUNO MARTINS DE OLIVEIRA, EDUARDO TAKEO KOMAKI, ROSANGELA DA CUNHA VAZ KOMAKI, EDUARDO VAYSSIERE, DEILA CRISTINA MORAES DE CARVALHO, ELAINE FRANÇA FONSECA, FERNANDO FURTADO PRADO, GIOVANI MOURÃO VIEIRA, PATRICIA COELHO LOPES MOURÃO VIEIRA, ISMAR SILVA MORENO, JULIO CESAR CARVALHO VENANCIO, LUCAS LIMA CAVALIERI TEIXEIRA, ISABELLE BERANGER CAVALIERI TEIXEIRA, LUIZ LOPES FERREIRA, SONIA MARIA ZAMPIERE LOPES, MARCELO VENANCIO GLORIA DA SILVA, MARINA HITOMI ISHIZAKI, PAULO HENRIQUE AZEREDO WALTER FILHO, RAQUELINE TEIXEIRA BENCHIMOL, PAULO ROBERTO RIBEIRO ALVES, RICARDO NOVAES LUCINDO, ROBERTA PUPE GONÇALVES LEITE, SABIÁ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FII, VALERIA RODRIGUES PIRES, WELLINGTON CANDIDO MOREIRA JUNIOR, WILSON DE ARAUJO FILHO, LUCIANE DE ARAUJO OLIVEIRA VIEIRA, WILSON LIBERMAN, MARCIA HALALE COHEN	02/10/2020
34306/34313	PAULO VITOR DA MOTTA CRUZ	02/10/2020
34316/34325	MARIA IRENE HASTENREITER E MELO BATALHA, ROCHESTER FERNANDES BATALHA, EALVER ERNESTO FLORES FUENTES	02/10/2020
34327/34333	SIMONE RODRIGUES BELLOMO	03/10/2020
34335/34338	ÁUREA CHRISTINE PINTO DE BARROS E LUCAS TROMPIERI RODRIGUES	03/10/2020

34340/34351	DALTRO VIEIRA DOS SANTOS E OUTROS	05/10/2020
34353/34376	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	05/10/2020
34376/34394	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	05/10/2020
34399/34420	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	05/10/2020
34426/34429	AÉRCIO SILVA DE MORAIS PINHO	05/10/2020
34431/34436	AÉRCIO SILVA DE MORAIS PINHO	05/10/2020
34498/34529	VITALE, BICALHO E DIAS SOCIEDADE DE ADVOGADOS	06/10/2020
34549/34562	LEONARDO REIS PINTO	07/10/2020
34588/34593	BANCO PINE S.A.	08/10/2020
34595/34622	VINHAS E REDENSCHI ADVOGADOS	08/10/2020
34734/34749	EDUARDO ORO CRISTEA	09/10/2020
34827/34845	BANCO DO BRASIL S.A.	13/10/2020
34855/34900	BANCO DO BRASIL S.A.	13/10/2020
34940/34994	BANCO DO BRASIL S.A.	13/10/2020
34996/35011	BANCO DO BRASIL S.A.	13/10/2020
35051/35060	KATIA REGINA BIANCHI	13/10/2020
35062/35102	CONDOMÍNIO DO EMPREENDIMENTO FUSION WORK & LIVE - EDIFÍCIO MANHATTAN	13/10/2020
35104/35108	BANCO PAN S.A.	14/10/2020
35111/35119	OTÁVIO LIMA REIS E DANIELLE COSTA DO AMARAL	14/10/2020
35207/35216	SOLVEIG DE PENTEADO FAVA	14/10/2020
35267/35273	AMÉRICAS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	13/10/2020
35320/35372	ARÁBIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	15/10/2020
35406/35495	ADECIMAR DA SILVEIRA, BENETE BONIFÁCIO REIS DE OLIVEIRA, CELIO DE PRADO PEREIRA, CLINICA UNIVERSAL LTDA., EUSTAQUIO ROCHA LESSA, EDSON AUGUSTO DE BARROS GOMES, ELVIRA DULCE ALTOÉ DE SOUZA VIEIRA, FÁBIO JOSÉ MICHETTE SOARES, FERNANDO GEVU BARCELOS, GERSON MARTINS MAIA, GISELLI VIEIRA VIDAL GOUVEA, HELIO CARLOS SOLINO DE ABREU, GUILHERME COSTA FONSECA, JORGE AURELIO PINHO DA SILVA, JORGE LOPES DA SILVA, ALEANDRO PRADO DA SILVA, JORGE ROBERTO CAMPISTA QUINTANA, JOSE ANTONIO VERBICARIO CARIM, JOSÉ GUIMARÃES CORREA JUNIOR, JUSCELINO ALVES MUNDIM, LEONARDO DE SEIXAS CARVALHO, LUCI CARDOSO FERNANDES, LUIS FELIPE MILLEM SILVEIRA, MARCELO EMERICK, MARCELOS REIS LOPES, MARCOS ANTONIO ALBUQUERQUE, MARIA ALICE MENDES DA SILVA TOMAZ, MARINHO DE MELLO EMPREEDIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA., MARIO CESAR PEREIRA DE PAIVA, MAURO CESAR PASSO CORREA, PATRICIA NEVES BARRETO GIUSTI, ROBERTO EIRAS GERHARDT, RONALDO FELICIANO AMORIM, SEBASTIÃO FILGUEIRAS DE SOUZA, SHIRLEI RICARDO RONDON DO ROSÁRIO, SOLIMAR JOSE LOURENÇO RABELLO, TADEU FERREIRA DE AZEVEDO, TOMÉ MOREIRA DE ALVARENGA NETO, VALDAIR VASCONCELLOS DE MATTOS, WANDERSON NEHRER DE CARVALHO	15/10/2020
35497/35499	IVAN AZEREDO TEIXEIRA	15/10/2020

35501/35531	HERVAL BAZILIO FILHO E MARCELO JOSE TEIXEIRA	15/10/2020
35536/35551	BETANIA MATTOS CARDOSO	15/10/2020
35553/35563	REDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-EPP	15/10/2020
35565/35595	BANCO BRADESCO S.A.	15/10/2020
35597/35610	BANCO BRADESCO S.A.	15/10/2020
35612/35625	BANCO BRADESCO S.A.	15/10/2020
35627/35634	LENITA NOCCHI ABREU VASCONCELLOS E JULIANA ABREU VASCONCELLOS FRANCO	15/10/2020
35636/35645	TIAGO FRANCO CORREA DE PAULA MUSSI E PAULA AYDIR DE MACEDO FERRAZ	15/10/2020
35647/35690	MDL REALTY INCORPORADORA S.A.	15/10/2020
35692/35697	IVO DINO MARTINS, MARIA CLÁUDIA SIMÕES MONTEIRO DOS SANTOS MARTINS, PETER JOHN BUELAU, MARIA ISaura MONTEIRO BUELAU	15/10/2020
35699/35703	BANCO ABC BRASIL S.A.	15/10/2020
35705/35725	ALOISIO DIAS PERANTONI, MARILIA PIRES COSTA PERANTONI, ANGELITA SILVA DE ALMEIDA, CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA BRAGA, FERNANDA DE ARAUJO THEDIM, CAROLINA STEPHANIE BORGES DE AMORIM, DANIEL AIETA MEIRELES PINTO, CHARLENE ROBERTA DA SILVA MOREIRA AIETA, ELIO CELSO MIRANDA JUNIOR, GUSTAVO FARIAS FONSECA, TATIANA GIOVANINI MENDES, JOSÉ CARLOS DE MENEZES GONÇALVES, MARIA JOSÉ FURTADO GONÇALVES, MANOEL SILVA DE ALMEIDA, MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES, ALEXANDRA BARRETO CUNHA, MARCIA MACEDO DA GRAÇA, MARIA DE FÁTIMA ANTUNES FERREIRA, NELSON CARLOS MACEDO DA GRAÇA, PRISCILA FURGHIERI BYLAARDT CALDAS, REGINA ELENA FONSECA CARLOS, REINALDO GUIMARAES DE FIGUEIREDO, RAFAEL FIGUEIRA MONTEIRO, SUZANE MARCOS RODRIGUES	15/10/2020
35727/35746,	ELOÍNA FÁTIMA GUIMARÃES JACUNDÁ, LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ, JOSEVALDO FERNANDES GONÇALVES JÚNIOR	15/10/2020
35748/35885	CONDOMÍNIO FÓRUM EMPRESARIAL DA TAQUARA	16/10/2020
35891/35898	GAMIL FOPPEL EL HIRECHE E ROBERTA BARBARA CARNEIRO FÖPPEL EL HIRECHE	15/10/2020
35899/35914	LUCIANA ROCHA GOMES DE LIMA E JÚLIO CESAR DELAMORA	15/10/2020
35915/35924	ITAÚ UNIBANCO S.A.	15/10/2020
35925/35936	BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.	15/10/2020
35963/35968	MANOEL ALEXANDRE DE SOUZA	15/10/2020
35970/36252	RAPHAEL DE SOUZA MURAD E BRUNO DE SOUZA MURAD	16/10/2020
36254/36270	ALFREDO AMIM MERCANTE, CARLOS HENRIQUE CARVALHO TEIXEIRA, BIANCA PAVEZI SILVA, FERNANDA FONSECA, ADEMIR GONÇALVES DA SILVA, ANA LUCIA GONÇALVES DA SILVA, CARLOS UMBERTO AVANCI, JANE MARCIA DE LIMA AVANCI, ALINE LUZ DE OLIVEIRA, RAPHAEL DO COUTO PEREIRA, JORGE EDUARDO DE OLIVEIRA LUCIANO, JULIA PEREIRA REGOTTO DE OLIVEIRA, EDSON ALVINO DE OLIVEIRA, CÁSSIA GUEDES	16/10/2020

	MONTEIRO, LUCIANA COUTINHO MUNIZ, JOSÉ ANTONIO DE LIMA E SILVA, ROSANA SILVA GUINÉ, MARCIA MONTEIRO BARRADAS, FABIO MOURA DE FARIA, CAMILI FERREIRA MADEIRA, MARIA HELENA OUVENEY DIAS, BRUNO OUVENEY DIAS, LEONARDO OUVENEY DIAS, GABRIELA MOTTA DEBOSSAM, THIAGO DOS SANTOS AZEVEDO, ADRIANA MELLO DE LIMA, JOSÉ THEME DAHER, MARIA REGINA BOHRER, MARLI BITENCOURT RIBEIRO, ADJALMA GUIMARÃES BITENCOURT, MARTHA RIBEIRO BITENCOURT, MARIA SIRLANDIA MOTTA, WALTER SÉRGIO TARDIN, ELIELMA BITENCOURT CALIXTO, EDUARDO ORO CRISTEA, SINEZIA BITENCOURT DE MIRANDA	
--	--	--

11. No dia 25/11/2020, o d. Juízo Universal determinou a intimação das Recuperandas para que se manifestem acerca da sugestão de mediação com os credores, indicando, se for o caso, o centro de Mediação que pretende ver atuando.

12. Às fls. 38485/38488, as Recuperandas pugnaram pela prorrogação do *stay period* até a efetiva deliberação pelos credores acerca dos Planos de Recuperação Judicial, bem como, se colocaram à disposição deste d. Juízo e da Administração Judicial para avaliar os procedimentos de mediação disponíveis que possam reduzir a litigiosidade deste processo.

13. Por sua vez, em fls. 38.514/38.516, este d. Juízo deferiu o pedido de prorrogação do *stay period* até o advento da AGC, determinando que o A.J. junto às Recuperandas diligencie para realização da AGC, facultando às Recuperandas a promoção das tentativas de composição das impugnações através de mediação. Assim, a A.J. informa que já vem adotando as medidas pertinentes para viabilizar a realização da A.G.C.

14. Importante destacar que às fls. 38.942/38.946 as Recuperandas divulgaram fato relevante ao mercado acerca da proposta de financiamento (*DIP Finance*), ainda sujeita a condições, no valor total de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), permitindo que, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, eventuais interessados apresentassem proposta de financiamento vinculante de mesmo valor desde que com taxas mais favoráveis.

15. Em continuação às fls. 39.020/39.025 as Recuperandas informaram que não houve nenhum interessado, e requereram após oitiva do Ministério Público e da Administração Judicial a autorização da celebração da operação de financiamento, o que ainda pende de decisão judicial.

16. Assim, atendendo ao comando da decisão de fls. 39.082, item 4, esta Administração Judicial às fls. 39.746/39.806, opinou favoravelmente ao pleito das recuperandas para que seja autorizada a realização da operação de *DIP Financing*, com esteio nos artigos 69-A e 69-E da Lei nº 11.101/2005, considerando que os recursos oriundos da operação permitirão a recomposição do caixa das recuperandas. Opinou ainda pela apresentação dos documentos inerentes à operação, em incidente sigiloso, conforme requerido.

17. Por sua vez, o Ministério Público, às fls. 39.812, apresentou parecer pugnando pela intimação das recuperandas para que sejam prestados mais esclarecimentos acerca do financiamento, tais como: (i) quem será o investidor; (ii) quais são os bens que serão ofertados em garantia; (iii) se estes bens estão livres de ônus; e, principalmente, (iv) qual será o destino dado aos R\$ 40 milhões obtidos por meio do financiamento.

18. Em resposta, as Recuperandas apresentaram petição em fls. 39.860/39.864 para prestar os esclarecimentos necessários requeridos pelo Ministério Público, onde, em suma, informaram que não se opõem a apresentar os esclarecimentos requeridos, todavia a preservação do sigilo em relação a alguns detalhes é de fundamental importância, ao menos até a sua efetiva implementação.

19. Esclareceram ainda que *“o financiamento será feito por um fundo de investimento regular que captou recursos no mercado junto investidores profissionais, especializado em fornecer recursos para empresas em recuperação judicial, Ativos Especiais II – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – NP. Não existe – e é importante que isso fique bem claro – entre as Recuperandas, seus controladores, coligadas ou empresas sob controle comum, qualquer vínculo jurídico, societário ou econômico com o referido fundo,*

seus gestores ou quotistas” e que será apresentado em incidente sigiloso do processo de recuperação judicial o instrumento preliminar assinado entre as partes (term sheet), de modo que o Juízo, o Ministério Público e esta A.J. tenham acesso a informação.

20. Em relação às garantais, informaram que serão *“dados em garantia ativos que compõem o ativo circulante das Recuperandas, livres e desembaraçados de ônus, sem que haja qualquer conflito ou superposição com garantias já constituídas em benefícios de outros credores.”*

21. Por fim, informaram que os recursos que serão obtidos com a possível concessão do financiamento serão utilizados, entre outras coisas, para (i) fazer frente às despesas com o processo de recuperação judicial, (ii) pagamento de despesas operacionais das Recuperandas; (iii) organização de esforços de venda de ativos integrantes do ativo circulante das Recuperandas (unidades prontas); e (iv) busca de novas oportunidades de negócios para a companhia.

22. Prestados os esclarecimentos acima, o d. Juízo Universal em fls. 39.937/39.941, dentre outras providências, determinou vista ao A.J. e o Ministério Público sobre os esclarecimentos prestados.

23. Em face da referida decisão, o Banco Bradesco opôs embargos de declaração apontando possível contradição quanto ao item 33 e 40 da r. decisão, bem como obscuridade quanto à expressão nada a prover, tendo em vista que ainda não há deliberação sobre o patrimônio de afetação constituído da JFE 54.

24. Em cumprimento à referida decisão, esta A.J. se manifestou às fls. 40.516/40.554 ratificou e reiterou sua manifestação de fls. 39.776/39.780, opinando pelo deferimento do pedido de fls. 39.021/39.023, autorizando -se as recuperandas a realizarem a operação de DIP FINANCING indicada, com esteio nos artigos 69-A e 69-E, da LRE, determinando a apresentação dos documentos inerentes à operação, em incidente sigiloso, tal como requerido pelas mesmas.

25. Ato contínuo, o d. Juízo da Recuperação Judicial, em fls. 40.608/40.611 acolheu a manifestação do Ministério Público de fls. 39.812, determinando que as Recuperandas prestassem os esclarecimentos contidos nos itens I a IV da referida petição.

26. Por sua vez, as Recuperandas no dia 31/03/2021, em fls. 40.614/40.626, reiteraram os termos da manifestação de fls. 39.860/39.864, afirmando que os esclarecimentos foram todos prestados e pugnando pela autorização da contratação do financiamento, nos termos do artigo 69-A, da Lei nº 11.101/2005.

27. Em nova vista, o Ministério Público se manifestou às fls. 42.147 opinando favoravelmente ao pedido de autorização para contratação do empréstimo DIP, tendo que vista a demonstração de sua necessidade à continuidade das atividades das Recuperandas.

28. Assim, a questão relativa o financiamento ainda será decidida por este d. Juízo.

29. Por fim, informa a Administração Judicial que, o agravo de instrumento nº 0005607-57.2021.8.19.0000, interposto pelo Banco Bradesco contra a decisão que prorrogou o *stay period* da presente recuperação judicial, foi parcialmente provido em julgamento monocrático, nos seguintes termos:

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Recuperação judicial. Decisão agravada que prorrogou o *stay period* até a data da Assembleia Geral de Credores (AGC). Inconformismo do Agravante ao fundamento de que a prorrogação contraria a legislação específica. Subsidiariamente, pugna pela limitação da prorrogação em 60 dias. Litigiosidade decorrente do próprio processo principal de recuperação judicial envolvendo 63 recuperandas e seus diversos negócios jurídicos. Impossibilidade de realização da AGC antes da definição acerca da correta integração polo ativo do processo principal, que ensejou a distribuição de diversos recursos. Atraso no processamento que não pode ser imputado às Recuperandas, que agiram com notório

esforço para cumprir as determinações do Juízo. Manifestação da Procuradoria favorável à confirmação da decisão agravada. Princípio da preservação da empresa. Enunciado 42 CJF I Jornada de Direito Comercial. Prorrogação que se impõe, mas que não deve ficar sem limitação temporal. Prorrogação por mais seis meses que se justifica pela complexidade da causa. Alteração da decisão para limitar a prorrogação do stay period pelo período de seis meses, contados da publicação desta decisão. Parcial provimento ao recurso, na forma do art. 932, V, a, do CPC.

30. Diante disso, o *stay period* da presente recuperação judicial foi prorrogado pelo prazo de 6 meses a contar da publicação do referido julgamento monocrático, exceto se a Assembleia Geral de Credores for realizada antes do término do referido prazo.

III. DA QUESTÃO SOBRE A SEGREGAÇÃO SUBSTANCIAL – SPE'S COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO

31. Para os fins de maior esclarecimento aos credores e transparência em relação à formação do polo ativo da presente recuperação judicial, cabe aqui informar que a presente recuperação judicial teve o seu processamento deferido em consolidação processual (litisconsórcio ativo), **sendo expressamente mantida a SEGREGAÇÃO SUBSTANCIAL em relação às empresas com patrimônio de afetação**, as quais, nos termos da decisão de fls. 8.374, deverão apresentar Planos de Recuperação Judicial distintos para cada devedora que possua empreendimento com patrimônio de afetação, valendo aqui dizer que as recuperandas também apresentaram relações de credores segregadas em relação aos 07 (sete) empreendimentos que possuem patrimônio de afetação. Confirma-se os termos da decisão de fls. 8.374:

Quanto as SPEs com patrimônio de afetação, ciente da controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca do tema, há de prevalecer o deferimento. Isso porque o direito da insolvência no Brasil optou pelo paradigma da preservação da atividade produtiva, de sorte que a interpretação de suas regras deve se dar com vistas a esse norte. Além disso, o legislador cuidou de excepcionar os personagens que não quis ver atendidos pelo processo recuperacional, valendo frisar que o artigo 2º da lei 11.101/05 não faz referência a sociedades com patrimônio de afetação.

Mas, não é só. A afetação do patrimônio visa a proteger os adquirentes, financiadores, trabalhadores e tantos outros credores vinculados ao respectivo empreendimento contra eventuais tropeços externos da incorporadora, de modo a que isso não lhes atinja. Ou seja, a aposta desses atores se dá sobre aquela iniciativa específica, ficando imune a derrotas porventura sofridas pela sociedade noutras investidas empresariais. Na verdade, a proteção conferida pela Lei 4.591/64 refere-se, portanto, a perigos externos, não a riscos da própria unidade em construção.

Isso quer dizer que, internamente, a evolução dos negócios entre incorporadora e seus credores se dá de forma ordinária, podendo, nessa trilha, ser resolvido pelas formas legais conferidas aos demais mercados, inclusive através do pedido de recuperação judicial, guardada a ausência de comunhão patrimonial.

Sendo assim, mantida a segregação substancial com relação às empresas com patrimônio afetado, inclusive com apresentação de planos de recuperação distintos e, portanto, observada a regra da incommunicabilidade, não há razão para obstaculizar o caminho do soerguimento. Insta salientar, portanto, que, com relação às requerentes com patrimônio de afetação, a consolidação é apenas processual, não substancial.

32. Assim, os credores titulares de créditos protegidos pelo patrimônio de afetação do empreendimento contratado, estão listados na relação de credores segregada de tal empreendimento e seus créditos serão pagos nos termos do Plano de Recuperação Judicial específico a ser apresentado pela recuperanda devedora, que será deliberado apenas pelos credores do referido empreendimento e, não, pelos credores de todo o Grupo, resguardando-se, assim, a integridade e autonomia do patrimônio afetado.

33. Segue abaixo um quadro resumo onde são sintetizadas as informações de cada relação de credores apresentada pelas recuperandas e onde podem ser observadas as informações do passivo de cada empreendimento com patrimônio de afetação, conforme as informações trazidas na inicial da recuperação judicial:

JFE 36 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - "Quinta de Altiora" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO		
CLASSE	PASSIVO	NÚMERO DE CREDORES
I	R\$ 1.665,10	1
II	R\$ 4.292.698,00	1
III	R\$ 4.050.768,09	3
IV	R\$ -	0
TOTAL	R\$ 8.345.131,19	5

SPE AMERICAS PROJETO 02 LTDA - "One Offices" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO		
CLASSE	PASSIVO	NÚMERO DE CREDORES
I	R\$ 115.195,60	3
II	R\$ 4.926.407,40	1
III	R\$ 11.488.602,63	15
IV	R\$ 48.034,50	1
TOTAL	R\$ 16.578.240,13	20

INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 12 LTDA - "Mediterrâneo Residência" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO		
CLASSE	PASSIVO	NÚMERO DE CREDORES
I	R\$ 1.000,00	1
II	R\$ 2.926.350,00	1
III	R\$ 15.320.062,86	16
IV	R\$ -	0
TOTAL	R\$ 18.247.412,86	18

JFE 34 - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Le Quartier Granbery" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO		
CLASSE	PASSIVO	NÚMERO DE CREDORES
I	R\$ 37.087,63	2
II	R\$ 11.340.993,00	1
III	R\$ 38.057.391,98	37
IV	R\$ 1.607.915,67	73
TOTAL	R\$ 51.043.388,28	113

JFE 32 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Fórum Empresarial Taquara" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO		
CLASSE	PASSIVO	NÚMERO DE CREDORES
I	R\$ 108.003,64	3
II	R\$ 7.568.004,78	1
III	R\$ 21.282.786,90	28
IV	R\$ -	0
TOTAL	R\$ 28.958.795,32	32

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. - "Mares de Goa" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO		
CLASSE	PASSIVO	NÚMERO DE CREDORES
I	R\$ 13.567,22	2
II	R\$ 1.861.169,23	1
III	R\$ 29.845.878,52	28
IV	R\$ 22.759,15	5
TOTAL	R\$ 31.743.374,12	36

JFE 18 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Le Quartier Boulevard Taguatinga" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO		
CLASSE	PASSIVO	NÚMERO DE CREDORES
I	R\$ 161.414,81	10
II	R\$ -	0
III	R\$ 93.693.106,24	148
IV	R\$ 802.501,75	44
TOTAL	R\$ 94.657.022,80	202

JFE 53 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Ocean Garden Condominium Club" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO		
CLASSE	PASSIVO	NÚMERO DE CREDORES
I	R\$ -	0
II	R\$ -	0
III	R\$ 31.721.463,71	78
IV	R\$ 369.538,56	9
TOTAL	R\$ 32.091.002,27	87

34. No tocante aos empreendimentos com patrimônio de afetação, as recuperandas justificaram a inclusão deles no polo ativo da recuperação judicial, uma vez que *“todos os projetos com patrimônio de afetação estão em situação de crise, com um volume de passivos superior aos seus ativos”*.

35. Além disso, informaram as recuperandas que *“esses projetos também*

utilizam a equipe administrativada da holding para operações de compra e venda de unidades, gerenciamento financeiro, assistência técnica à adquirentes, entre outros”.

36. Outrossim, como já informado pela A.J. às fls. 9.692/9.698, alguns credores possuem parte do seu crédito listada na relação de credores dos empreendimentos com patrimônio de afetação e outra parte listada na relação de credores consolidada do Grupo sem patrimônio de afetação, uma vez que, segundo esclarecimentos prestados pelas recuperandas, estão sujeitas ao patrimônio de afetação as dívidas relacionadas ao preço de aquisição da unidade, em observância à proteção legal conferida a tais créditos, nos termos do artigo 31-A, Lei 4.591/64 e da jurisprudência sobre o tema, não possuindo tal proteção verbas diversas como as indenizatórias¹.

37. Cumpre informar que a questão relacionada aos créditos das sociedades com patrimônio de afetação restou definida nos autos do agravo de instrumento nº 0032240-42.2020.8.19.0000 que impugnou a submissão de tais créditos à recuperação judicial, sendo certo que a C. 7ª Câmara Cível do TJERJ deu parcial provimento ao referido Agravo de Instrumento, determinando a exclusão da recuperação judicial das SPE's com patrimônio de afetação, tendo negado provimento aos embargos de declaração opostos contra tal acórdão em sessão realizada por videoconferência no último dia 28/04/2021, conforme ementa abaixo transcrita:.

Embargos de declaração em agravo de instrumento. Direito empresarial. Recuperação judicial. Agravo de instrumento manejado em face de decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo João Fortes, incluídas as Sociedades de Propósito

¹ AGRAVO Nº: 2025398-51.2019.8.26.0000 - 3ª Câmara de Direito Privado do TESP – Des. Relator: Viviani Nicolau –AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPRA E VENDA. FASE DE LIQUIDAÇÃO OU EXECUÇÃO. Cumprimento provisório de sentença. Decisão agravada que indeferiu pedido de adjudicação de bem e compensação de dívida, suspendendo a execução provisória, por entender que o crédito exequendo se submete à recuperação judicial. Execução provisória movida, inicialmente, para que a ré pagasse o montante devido a título de dano material e moral, bem como pagasse o valor da multa por descumprimento da tutela antecipada. Inadequação da formulação posterior de pedido de adjudicação do imóvel e a compensação de dívidas, já que a execução provisória não compreende, desde o princípio, esses temas. **Patrimônio de afetação constituído pela incorporadora para conclusão do empreendimento e quitação de obrigações contratuais estabelecidas, e não para pagamento de indenizações por danos materiais e morais ou multa cominatória, eventualmente devidas a adquirentes. Crédito que deverá ser buscado em face do patrimônio comum da incorporadora, mediante habilitação de crédito.** Precedente deste Tribunal. Suspensão corretamente determinada. Decisão preservada. NEGADO PROVIMENTO AORECURSO

Específico (SPE's), com ou sem patrimônio de afetação. Alegação de omissão no julgado. Inocorrência. 1 - Impossibilidade de exclusão da recuperação judicial das SPE's que eventualmente apresentem lucro, por se tratar de um grupo empresarial. Ademais, o momento processual é inoportuno para a averiguação do balanço patrimonial individual das SPE's. 2 - Rejeição do pedido para que conste no acórdão a necessidade de quitação perante o Banco financiador para a extinção do patrimônio de afetação, nos termos do art. 31-E da Lei 4.591/64. Vedação à inovação recursal. 3 - Ausência de contradição, omissão, obscuridade ou erro material na decisão embargada, que deu parcial provimento ao agravo de instrumento para excluir da recuperação judicial as Sociedades de Propósito Específico com patrimônio de afetação. 4 - Recursos desprovidos.

38. Importante informar que o referido acórdão foi publicado no dia 30/04/2021 e ainda pende de trânsito em julgado.

IV. INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS

39. Buscando instruir o presente relatório mensal e o Relatório Circunstanciado a ser oportunamente apresentado, a equipe da A.J. formulou alguns questionamentos às Recuperandas, que foram respondidos pelas Recuperandas, conforme segue abaixo:

a) As recuperandas contrataram ou demitiram pessoal no último mês? Quantas contratações ou demissões ocorreram no período?

RESPOSTA: Foram admitidos 2 colaboradores e demitidos 3 funcionários no mês de março de 2021.

b) Qual o número de empregados atuais das recuperandas, informando a posição no último dia do último mês?

RESPOSTA: Atualmente, as recuperandas possuem, ao todo, 103 colaboradores, incluindo estagiários, jovens aprendizes, diretores estatutários e conselheiros, alocados segundo tabela abaixo:

Recuperanda	Mar/21
João Fortes Construtora	60
João Fortes Engenharia	42
House Vendas	1
Total	103

c) Qual o número de contratados (pessoa jurídica ou pessoa física) sem vínculo de emprego?

RESPOSTA: Há 4 contratados sem vínculo de emprego (2 diretores estatutários e 2 conselheiros).

d) No último mês, as recuperandas se valeram de alguma das medidas governamentais conferidas durante o período da pandemia a fim de preservar os empregos? Em caso positivo, especificar qual medida foi adotada e a quantos credores estas medidas foram aplicadas.

RESPOSTA: Não. As medidas governamentais aplicadas até dezembro de 2020, mencionadas nos relatórios anteriores, não são mais aplicáveis desde janeiro de 2021.

e) As recuperandas estão implementando algum plano de ação a fim de minimizar os impactos em suas atividades decorrentes da pandemia do Covid-19 (coronavírus)? Em caso positivo, favor apresentá-lo, explicitando quais as medidas estão sendo adotadas pelas Recuperandas durante este período.

RESPOSTA: A companhia adaptou suas operações para a realidade que a pandemia trouxe, com intensificação dos canais de atendimento online e telefônico. Além disso, as operações diárias da companhia contam com a possibilidade de home office e limitação de contingente físico presencial.

f) Favor informar a evolução das negociações com os credores sobre os termos e condições do projeto de soerguimento.

RESPOSTA: As recuperandas já se reuniram com diferentes credores, representantes de diferentes Classes, para reforçar a realidade financeira vivida pela companhia e explicar as condições do plano de recuperação judicial e suas medidas de soerguimento.

g) Favor informar se foi convencionado algum termo com os credores para a evolução das negociações e para a solução construtiva de consensos, com o objetivo de obter maior efetividade econômico-financeira e proveito social aos agentes econômicos envolvidos.

RESPOSTA: Não foi convencionado termo.

h) Favor informar se as Recuperandas estão recebendo contato por parte dos credores a fim de obter melhorias nas condições do PRJ, informando, em caso positivo, os principais pontos de insatisfação dos credores, bem como eventuais avanços alcançados entre as recuperandas e os credores.

RESPOSTA: A companhia disponibiliza um canal via e-mail para contato dos credores acerca de dúvidas e sugestões sobre o PRJ, porém não recebe, através desse canal, condições de negociação a respeito do plano de recuperação judicial protocolado.

i) Caso as recuperandas estejam sendo demandadas por credores para fins de negociação do PRJ, favor informar se as mesmas estão se valendo ou pretendem se valer do chat disponível no site da A.J., a fim de possibilitar uma maior eficiência nas negociações. Em caso negativo, favor informar um meio de contato para que os credores esclareçam suas dúvidas quanto aos termos do PRJ.

RESPOSTA: Para tratar tais demandas, as recuperandas possuem um canal específico via e-mail, qual seja recuperacaojudicial@joaofortes.com. Até o momento não foi utilizado o chat da A.J.

j) No último mês, foram retomadas as obras em algum dos empreendimentos pendentes de conclusão? Em caso positivo, favor especificar.

RESPOSTA: Não foram retomadas obras em março de 2021.

k) Houve alguma alteração nas atividades das recuperandas em relação no último mês em relação ao mês anterior?

RESPOSTA: Não houve alteração nas atividades das recuperandas no mês de março de 2021.

l) No último mês, as recuperandas alienaram algum ativo ou deram em garantia? Quantas vendas relacionadas à operação das recuperandas foram realizadas no último mês?

RESPOSTA: Os únicos ativos alienados pelas recuperandas foram as unidades imobiliárias que fazem parte do estoque, sendo que não foi concedido nenhum ativo em garantia. Foram vendidas 14 unidades imobiliárias.

m) As Recuperandas adquiriram algum bem imóvel no último mês? Favor especificar.

RESPOSTA: Não foram adquiridos imóveis no mês de março de 2021.

n) Algum ativo permanente está sendo explorado por terceiros, a título de aluguel, arrendamento, comodato, etc.? Em caso positivo, favor especificar o ativo, o usuário e a natureza da exploração.

RESPOSTA: Não, nenhum ativo permanente das recuperandas está sendo explorado por terceiros.

o) No último mês, as recuperandas alienaram algum ativo permanente ou deram em garantia? Em caso positivo, favor especificar o ativo e os contratos eventualmente vinculados.

RESPOSTA: Não, as recuperandas não alienaram nem deram em garantia nenhum ativo permanente no último mês.

p) As recuperandas obtiveram empréstimos e/ou financiamentos no último mês para operar suas atividades? Qual a garantia ofertada? Qual o destino dos recursos tomados?

RESPOSTA: Não, as recuperandas não obtiveram empréstimos e/ou financiamentos durante o mês de março de 2021.

q) Houve algum incremento de receitas no último mês?

RESPOSTA: A receita do mês só pode ser auferida com o fechamento contábil de março, que acontece até o dia 30 do mês subsequente. No entanto, as vendas foram impulsionadas nos últimos meses devido a liberação de unidades penhoradas. Ainda é esperado um novo crescimento de vendas quando todas unidades penhoradas forem liberadas.

r) Favor informar se as recuperandas estão pagando os salários dos funcionários, que se venceram no último mês.

RESPOSTA: Sim. As recuperandas honraram todos os compromissos salariais com os funcionários no mês de março de 2021.

s) Favor informar se, diante da divulgação dos resultados do ano de 2020 no site da recuperanda, a A.J. já pode disponibilizar os levantamentos de 2020 nos autos do processo principal.

RESPOSTA: Sim. Tais informações já se tornaram públicas, e não há prejuízo protocolar nos autos.

t) Favor apresentar o relatório da auditoria realizada sobre as demonstrações de 2019 e 2020.

RESPOSTA: os relatórios estão disponibilizados na nuvem para acesso do AJ (<https://alvarezandmarsal.box.com/s/931awjdz bq46ixyhlqa2e4wz16sfmjuw>).

u) Favor informar qual a previsão de divulgação ao mercado das informações contábeis/financeiras do 1º trimestre de 2021?

RESPOSTA: O prazo legal para divulgação finda-se em 15/05/2021.

v) Favor informar como estão os trâmites para a regularização do registro de companhia aberta da recuperanda João Fortes Engenharia S/A junto à CVM e quais as perspectivas de retomada da negociação das ações na B3.

RESPOSTA: A companhia nesse momento está com suas publicações de demonstrações financeiras em dia. Assim, através de seus assessores jurídicos, mantém contato junto à CVM e a B3 para regularização de todos os registros necessários para a retomada das negociações das ações da empresa na B3.

w) As recuperandas implementaram, no último mês, alguma política de redução de custos e despesas e/ou de aumento de receitas de modo a compatibilizar o cumprimento das obrigações a serem assumidas no plano de recuperação judicial com o regular desenvolvimento de suas atividades? Em caso positivo, favor detalhar.

RESPOSTA: A companhia realizou, após o pedido de recuperação judicial, um ajuste de estrutura organizacional para adequar seus custos à suas operações, otimizando melhor as receitas recebidas pela companhia. Diariamente a João Fortes também realiza a revisão dos contratos de fornecedores para averiguar possibilidades de cortes de custos. Desde janeiro/2021, foi instituída redução de jornada com proporcional redução de salários (conforme Convenção Coletiva do Trabalho vigente), visando ajustar os custos com folha de pagamentos para a realidade da companhia.

Para aumentar suas receitas a companhia tem conseguido resultados satisfatórios com seus canais de venda virtuais e telefônicos, além de buscar diariamente investidores interessados em financiamento das obras paralisadas ou compra de ativos em grandes proporções. Além disso, espera-se que as vendas possam ser impulsionadas à medida que as unidades imobiliárias com penhoras judiciais forem sendo liberadas nos cartórios.

x) As recuperandas realizaram algum tipo de operação “ intercompany ” no último mês? Em caso positivo, favor explicar de qual tipo e qual o volume financeiro da(s) operação(ões).

RESPOSTA: Sim. As recuperandas realizaram mútuos financeiros entre elas para ser possível utilizar os recursos do grupo como um todo para os pagamentos necessários. O volume financeiro exato não está disponível até o fechamento contábil do mês das recuperandas, que acontece até o dia 30 do mês subsequente.

y) Caso, no último mês, as recuperandas estejam participando ou prestando serviços para novos empreendimentos/ obras, favor informar quais são esses novos empreendimentos/ obra, detalhando o nome do empreendimento, o local da prestação dos serviços, a empresa contratante e a eventual participação das recuperandas no empreendimento, como sócia, condômina, quotista, etc.

RESPOSTA: As recuperandas não estão participando ou prestando serviços para novos empreendimentos / obras.

z) Favor encaminhar, de forma individualizada, um relatório atualizado, que indique e comprove o local e a obra onde se encontra a locado cada equipamento, maquinário e veículo de titularidade ou posse das sociedades recuperandas; informando a pessoa responsável pela guarda dos mesmos; a empresa contratante; o contrato vinculado e seu prazo, bem como a indicação se o bem é próprio ou alienado fiduciariamente, tudo considerando a data do recebimento desta correspondência.

RESPOSTA: A João Fortes não possui maquinário nem equipamentos de obras, os quais são alugados e utilizados por fornecedores das obras, sem estar em posse da João Fortes. Com isso, o grupo não dispõe de inventário a respeito do equipamento/maquinário disponível para obras. Todos os equipamentos da companhia são relativos à parte administrativa, como computadores, impressoras, telefones, etc.

aa) Houve alguma reestruturação societária nas Recuperandas, tal como transformação, cisão, incorporação, fusão, aquisição/transferência de participações, etc. no último mês? Em caso positivo, favor especificar.

RESPOSTA: Não houve nenhuma reestruturação societária nas recuperandas no mês de março de 2021.

bb) Qual a capacidade ociosa atual das recuperandas no último mês em relação à capacidade total de operação?

RESPOSTA: Não há capacidade ociosa nas recuperandas. Hoje as principais operações do grupo são administrativas.

cc) Favor informar se as recuperandas vêm pagando os tributos e encargos previdenciários e sociais incidentes sobre e sobre sua folha de pagamento e sobre suas operações.

RESPOSTA: A companhia administra diariamente seu caixa para cumprir com as obrigações possíveis, principalmente as trabalhistas e fiscais. Com os recursos que serão obtidos com o levantamento dos depósitos elisivos e outros bloqueios judiciais, além da liberação gradual de unidades penhoradas, a companhia terá mais meios para lidar com obrigações cotidianas e equalizar suas obrigações.

dd) As Recuperandas distribuíram lucros, dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro tipo de bonificação aos seus sócios no último mês? Em caso positivo, favor especificar.

RESPOSTA: As recuperandas não distribuíram lucros, dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro tipo de bonificação aos seus sócios no último mês.

ee) Favor encaminhar relação atualizada de todos os bens imóveis, móveis e intangível que integram o ativo permanente das recuperandas, indicando, em relação aos bens imóveis suas matrículas e respectivo RGI e , quanto aos bens móveis, (1) sua descrição e valor de avaliação patrimonial; (2) o local e/ou a obra onde os mesmos se encontram alocados; (3) o contato da pessoa responsável por sua guarda e conservação; bem como (4) se o bem imóvel/móvel é próprio/quitado, se está alienado fiduciariamente ou se é objeto de leasing/arrendamento mercantil, hipoteca/penhor.

RESPOSTA: Devido à natureza de sua atividade, o grupo João Fortes apresenta valores imateriais de ativo imobilizado. Com isso, a companhia não tem um controle atualizado de inventário, sendo que os ativos do imobilizado são divididos em itens do dia a dia como computadores para equipe administrativa, instalações, material de escritório e um valor residual de maquinário. Importante ressaltar que nenhum desses ativos está alienado fiduciariamente ou é objeto de leasing/arrendamento mercantil ou hipoteca/penhor.

Para a relação solicitada, em complemento à informação do imobilizado, a companhia dispõe de um bem intangível que é referente à aquisição da Incorporadora Pinheiro Pereira em 2011. O valor de avaliação patrimonial está presente nas demonstrações financeiras disponibilizadas e, como não foram divulgadas a mercado, permanecem sigilosas para publicação.

ff) Tendo em vista as informações prestadas em relação aos empreendimentos Le Quartier Boulevard Taguatinga e Kimberley Plain, favor informar se há alguma previsão quanto à obtenção do “ habite- se”, detalhando as pendências a serem atendidas para tanto.

RESPOSTA: O empreendimento Kimberley Plain já possui habite-se expedido, e, em 04/12/2020, o mesmo foi averbado no cartório responsável. Portanto, o empreendimento possui habite-se certificado em cartório.

No Le Quartier Taguatinga, todas as exigências faltantes para aprovação do projeto de as built foram cumpridas e as plantas carimbadas já foram liberadas. Os próximos passos serão: cumprimento de exigências para a obtenção do novo alvará de construção atrelado a este novo projeto aprovado e finalização da obra para a vistoria do habite-se.

gg) Favor informar os créditos listados na relação de credores que se encontram lançados por duplicidade, por conta terem sido listados na relação de credores (em razão de serem devidos por empreendimento com patrimônio de afetação), bem como na relação consolidada (em razão das garantias ofertada pela holding ou outra empresa do grupo).

RESPOSTA: Seguem abaixo as operações de crédito que estão na situação supracitada com valores da 2ª lista de credores:

Contrato	Empresa Tomadora	Avalista	Empreendimento Financiado	Classe 2 (PA)	Classe 3 (PA)	Classe 3 (Consolidado)
Contrato de SFH No 330800624	JFE 36 EMPREENHIMENTO S IMOBILIARIOS SPE LTDA	JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.	Quinta de Altiora (Petrópolis)	R\$ 4,292,698	R\$ 3,937,299	R\$ 10,198,984
Contrato de SFH No 330900623	SPE AMERICAS PROJETO 02	JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.	One Offices	R\$ 4,926,407	R\$ 11,095,934	R\$ 16,022,342
Contrato de SFH No 3024.003.00001756-3	INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 12 LTDA	JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.	JFE NITEROI - Mediterrâneo Rezidenza (Tiare - Cabo Frio)	R\$ 2,926,350	R\$ 14,238,047	R\$ 17,164,398
Contrato de SFH No 01 / 000.000300.210-0	JFE 32 EMPREENHIMENTO S IMOBILIARIOS LTDA	JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.	Fórum Empresarial Taquara (Parquinho)	R\$ 7,568,005	R\$ 14,956,425	R\$ 27,056,937
Contrato de SFH No 728.063-7	JFE 34 - EMPREENHIMENTO S IMOBILIARIOS LTDA	JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.	Grambery	R\$ 797,623	R\$ 11,057,592	R\$ 11,855,215
Contrato de SFH No 728.063-7	JFE 34 - EMPREENHIMENTO S IMOBILIARIOS LTDA	JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.	Grambery	R\$ 10,543,370	R\$ 11,690,072	R\$ 22,233,442

hh) Favor informar como as Recuperandas vêm buscando solucionar a questão relativa à baixa da hipoteca de imóveis já quitados por adquirentes?

RESPOSTA: A Companhia vem prestando assistência aos adquirentes, empreendendo esforços para providenciar todos os documentos necessários para a baixa das hipotecas. No entanto, diante das dificuldades impostas pelos detentores da garantia, que são titulares de créditos concursais, foi incluída previsão específica sobre as baixas de hipotecas no Plano de Recuperação Judicial, uma vez que os credores com garantias reais serão pagos mediante as condições aprovadas.

ii) Considerando que os índices de lucratividade medem a eficiência da empresa em obter lucro através de suas vendas, solicitamos o envio dos indicadores de margem bruta e margem líquida das recuperandas do último mês.

RESPOSTA: O fechamento contábil para o mês de março/2021 não está disponível. A Informação para o mês de fevereiro/2021 encontra-se disponível na pasta compartilhada na nuvem, na respectiva pasta dessa solicitação, para análise. Entretanto, tais indicadores não devem ser divulgados devido ao sigilo das demonstrações financeiras ainda não publicadas pelas recuperandas.

jj) Considerando que os índices de estrutura de capital permitem a análise da posição de endividamento e capacidade da empresa em gerar caixa suficiente para saldar suas dívidas, diante do exposto solicitamos que as recuperandas apresentem seus respectivos indicadores de participação de capital de terceiros e endividamento de curto e longo prazo do último mês.

RESPOSTA: O fechamento contábil para o mês de março/2021 não está disponível. A Informação para o mês de fevereiro/2021 encontra-se disponível na pasta compartilhada na nuvem, na respectiva pasta dessa solicitação, para análise. Entretanto, tais indicadores não devem ser divulgados devido ao sigilo das demonstrações financeiras ainda não publicadas pelas recuperandas.

kk) Visando mensurar a capacidade de pagamento das recuperandas, solicitamos envio dos índices de liquidez corrente, liquidez seca e liquidez geral do último mês.

RESPOSTA: O fechamento contábil para o mês de março/2021 não está disponível. A Informação para o mês de fevereiro/2021 encontra-se disponível na pasta compartilhada na nuvem, na respectiva pasta dessa solicitação, para análise. Entretanto, tais indicadores não devem ser divulgados devido ao sigilo das demonstrações financeiras ainda não publicadas pelas recuperandas.

ll) Favor informar o passivo tributário e extraconcursal atualizado da Recuperanda e como as mesmas pretendem compatibilizar seu pagamento com o cumprimento do PRJ.

RESPOSTA: [Confidencial – Informação apresentada no incidente sigiloso]

mm) Favor apresentar o fluxo de caixa realizado nos últimos 12 (doze) meses e o fluxo de caixa projetado para os próximos 12 (doze) meses, indicando as principais fontes de entrada e principais saídas.

RESPOSTA: Como se trata de uma companhia aberta, as projeções citadas configuram informação relevante ao mercado, cuja divulgação precisa

observar as cautelas inerentes ao mercado de ações. Por esse motivo, a companhia fica à inteira disposição do administrador judicial para, em dia e horário a ser previamente justado entre as partes, apresentar todas as informações solicitadas de modo a manter o AJ devidamente informado e preservar o sigilo da informação antes da sua divulgação ao mercado.

nn) Favor informar se houve alguma alteração nos últimos 30 (trinta) dias em relação ao mercado em que a recuperanda atua e em relação aos seus indicadores de mercado, especificando as eventuais alterações ocorridas.

RESPOSTA: Não houve alteração relevante de mercado.

oo) Favor informar as principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades da recuperanda nos últimos 30 (trinta) dias

RESPOSTA: A companhia vem debruçando seus esforços na venda do seu estoque disponível. No entanto, a morosidade no processo de liberação das unidades penhoradas causa um empecilho nessa atividade, visto que parte relevante do estoque livre da companhia fica indisponível para comercialização. Além disso as recuperandas estão em processo de buscar financiamento para continuidade das obras em andamento. Em paralelo, o levantamento pendente dos depósitos judiciais e elisivos é relevante para manutenção das atividades das recuperandas.

pp) As recuperandas ou seus administradores foram condenados em sentença penal transitada em julgado por crime cometido em recuperação judicial ou falência anteriores ou por crime contra o patrimônio, a economia popular ou a ordem econômica previstos na legislação vigente?

RESPOSTA: Não.

qq) As recuperandas realizaram auditoria contábil externa regularmente visando garantir conformidade com os princípios contábeis e a legislação pertinente?

RESPOSTA: Sim. As recuperandas realizam auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários CVM.

rr) As recuperandas possuem código de ética e conduta?

RESPOSTA: Sim.

ss) As recuperandas possuem mecanismos que visam garantir a mitigação de risco de fraude ou de ações dolosas? Quais?

RESPOSTA: Sim. A principal medida adotada pela companhia para mitigar tal risco é a adoção de um Código de Ética, no qual todos os colaboradores devem estar de acordo no momento de sua admissão.

tt) As recuperandas possuem plano de treinamento e capacitação que visa reduzir o risco de ações dolosas? Quais?

RESPOSTA: As recuperandas possuem um código de ética aprovado sendo certo que os seus funcionários foram submetidos a treinamento e capacitação sobre a aplicação e observância do Código de Ética, visando reduzir e evitar o risco de ações dolosas.

uu) As recuperandas possuem controles internos? Caso possua favor descrever os principais controles utilizados.

RESPOSTA: Sim. Os principais controles internos da companhia são:

- Controle de orçamento – revisão de contratos e valores acordados com fornecedores de serviços e material
- Controle de vendas – revisão de documentos e contratos
- Controle de apurações fiscais – revisão dos recebimentos e apurações de impostos
- Controle do contas a pagar – aprovações de contas a pagar em diferentes níveis de aprovação e valores
- Controles de tesouraria – aprovações bancárias compartilhados e em níveis
- Controles contábeis – execução e revisão do fechamento contábil

vv) As recuperandas realizam auditoria em seus controles internos? Se sim, com que periodicidade?

RESPOSTA: Sim. Os controles internos são auditados anualmente pela equipe de auditoria externa.

ww) As recuperandas possuem controle de estoque e realiza inventário físico com frequência?

RESPOSTA: Sim. Em virtude do negócio das recuperandas, é realizado um controle das chaves dos apartamentos que estão em estoque.

xx) As recuperandas possuem um canal de denúncias formal?

RESPOSTA: Sim. As recuperandas possuem um canal em que um funcionário pode fazer uma denúncia de maneira sigilosa, através de um e-mail. Tais denúncias são recebidas e respondidas pelo gerente de Gente e Gestão e o Diretor Geral.

yy) As recuperandas possuem segregação de funções em seus processos internos?

RESPOSTA: Sim. No processo de aprovação, as contas a pagar possuem níveis de aprovação que se iniciam através da inclusão das notas no sistema pelo usuário e dependem da aprovação do gerente da área requisitante. Após a aprovação do gerente, o processo vai para a área de Contas a Pagar, que efetua as análises de retenção de impostos. Dependendo do valor, deve ser aprovado também por um diretor e revisado pelo coordenador de Contas Pagar. Depois da análise do Contas a Pagar a requisição é submetida à tesouraria, aonde são efetuadas as análises financeiras para pagamento. As aprovações na tesouraria também devem ser efetuadas por dois gerentes e submetidas a aprovação bancária, que também seguem a aprovação de um gerente com procuração bancária e o gerente financeiro.

zz) A fim de abalizar a análise da situação econômico-financeira das recuperandas, solicitamos que nos sejam apresentados os documentos abaixo indicados, registrando-se, desde já, que será preservado o sigilo das informações a ainda não divulgadas ao mercado, tal como requerido e deferido nos autos:

1) O balanço patrimonial e as Demonstrações de Resultado de Exercício – DRE's com levantamentos sintéticos e mensais (ou seja, não acumulado) de fevereiro e março de 2021 de todas as recuperandas, em formato PDF e excel.

RESPOSTA: O fechamento contábil para o mês de março/2021 não está disponível. A Informação para o mês de fevereiro/2021 encontra-se disponível na pasta compartilhada na nuvem, na respectiva pasta dessa solicitação, para análise. Entretanto, tais indicadores não devem ser divulgados devido ao sigilo das demonstrações financeiras ainda não publicadas pelas recuperandas.

V. DA ANÁLISE DO PASSIVO DO GRUPO JOÃO FORTES

40. A fim de possibilitar uma melhor compreensão do passivo do Grupo João Fortes, a A.J. traça abaixo uma análise do passivo concursal e extraconcursal do grupo, considerando-se não só as informações prestadas nos autos, como também as informações que foram encaminhadas pelas recuperandas a esta A.J. conforme lhe foi solicitado, notadamente a planilha de apuração do passivo fiscal.

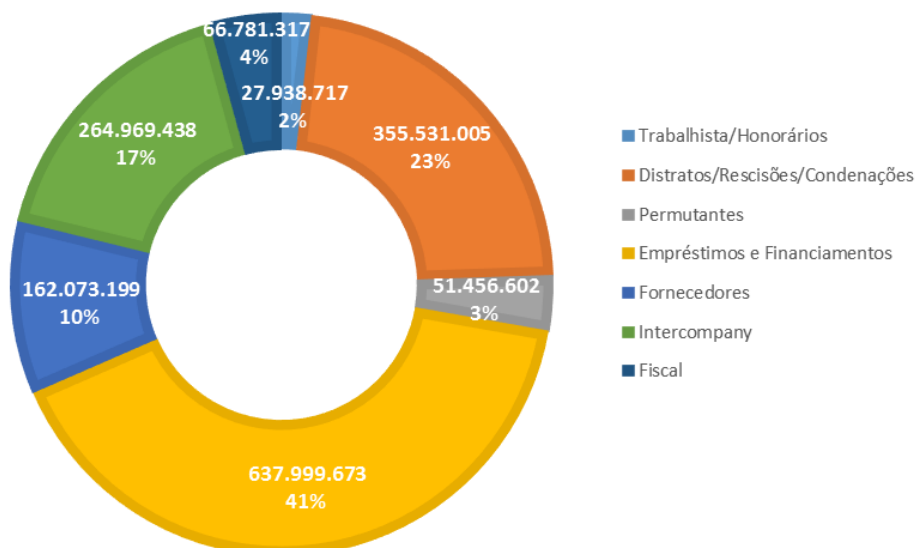
41. Registre-se que as informações ora apresentadas tomaram por base a relação de credores consolidada após a conclusão da fase administrativa de verificação de créditos, nos termos do artigo 7º, §2º da LRE, razão pela qual os valores globais ora apresentados diferem daqueles informados nos RMA's anteriores que foram pautados nas informações constantes nas relações de credores apresentadas pelas recuperandas no começo do processo.

➤ 1. O PASSIVO TOTAL – CONCURSAL E EXTRACONCURSAL

42. O passivo total da recuperanda, incluindo as dívidas concursais consolidadas na forma do artigo 7º, §2º da LRE e extraconcursais, soma a quantia de R\$ 1.566.749.951,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e um reais), podendo ser segregado nas categorias abaixo indicadas.

Tipo de credor	Valor (R\$)	Part %
Trabalhista/Honorários	27.938.717	2%
Distratos/Rescisões/Condenações	355.531.005	23%
Permutantes	51.456.602	3%
Empréstimos e Financiamentos	637.999.673	41%
Fornecedores	162.073.199	10%
Intercompany	264.969.438	17%
Fiscal	66.781.317	4%
Total	1.566.749.951	100%

DÍVIDA POR GATEGORIA (R\$)

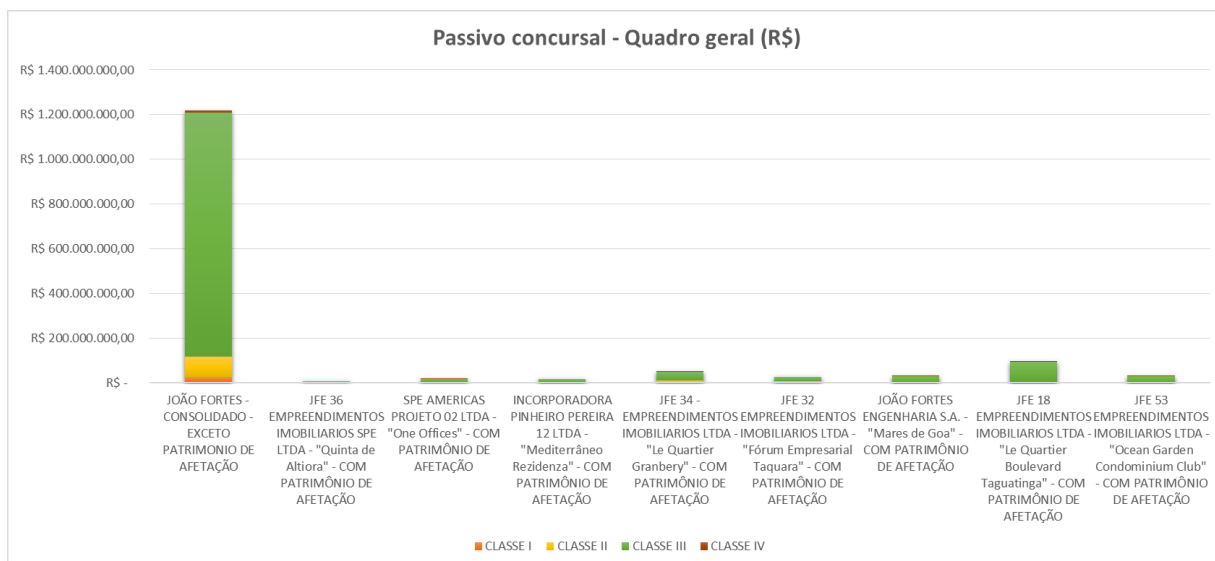


➤ 2. PASSIVO CONCURSAL – QUADRO GERAL

2.1. Por valor (R\$)

	CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III	CLASSE IV	TOTAL
JOÃO FORTES - CONSOLIDADO - EXCETO PATRIMONIO DE AFETAÇÃO	R\$ 27.500.782,90	R\$ 89.778.837,14	R\$ 1.091.764.461,08	R\$ 9.260.186,56	R\$ 1.218.304.267,68
JFE 36 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - "Quinta de Altiora" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	R\$ 1.665,10	R\$ 4.292.698,00	R\$ 4.050.768,09	R\$ -	R\$ 8.345.131,19
SPE AMERICAS PROJETO 02 LTDA - "One Offices" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	R\$ 115.195,60	R\$ 4.926.407,40	R\$ 11.488.602,63	R\$ 48.034,50	R\$ 16.578.240,13
INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 12 LTDA - "Mediterrâneo Rezidência" - COM	R\$ 1.000,00	R\$ 2.926.350,00	R\$ 15.320.062,86	R\$ -	R\$ 18.247.412,86

PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO					
JFE 34 - EMPREENHIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Le Quartier Granbery" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	R\$ 37.087,63	R\$ 11.340.993,00	R\$ 38.057.391,98	R\$ 1.607.915,67	R\$ 51.043.388,28
JFE 32 EMPREENHIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Fórum Empresarial Taquara" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	R\$ 108.003,64	R\$ 7.568.004,78	R\$ 21.282.786,90	R\$ -	R\$ 28.958.795,32
JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. - "Mares de Goa" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	R\$ 13.567,22	R\$ 1.861.169,23	R\$ 29.845.878,52	R\$ 22.759,15	R\$ 31.743.374,12
JFE 18 EMPREENHIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Le Quartier Boulevard Taguatinga" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	R\$ 161.414,81	R\$ -	R\$ 93.693.106,24	R\$ 802.501,75	R\$ 94.657.022,80
JFE 53 EMPREENHIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Ocean Garden Condominium Club" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	R\$ -	R\$ -	R\$ 31.721.463,71	R\$ 369.538,56	R\$ 32.091.002,27
	R\$ 27.938.716,90	R\$ 122.694.459,55	R\$ 1.337.224.522,01	R\$ 12.110.936,19	R\$ 1.499.968.634,65

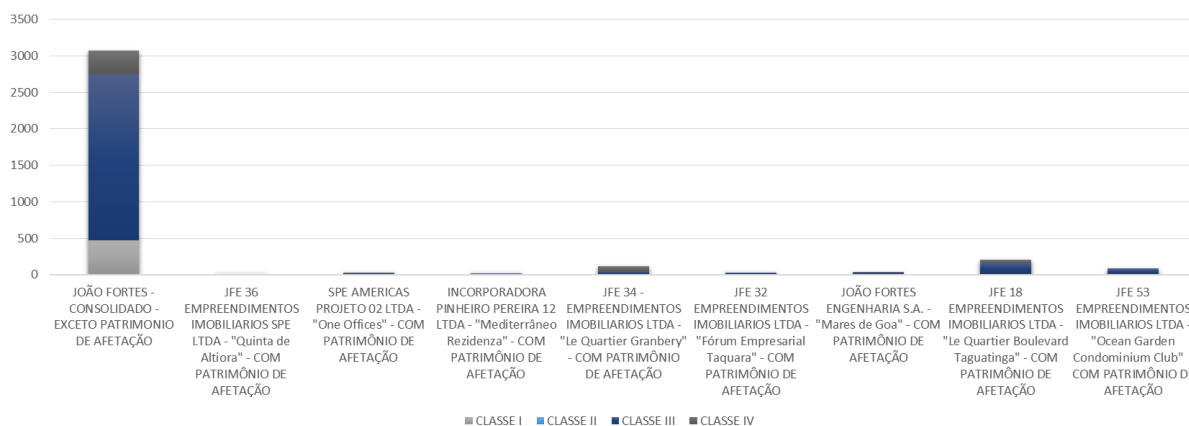


2.2. Por número de credores

	CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III	CLASSE IV	TOTAL CREDITORES
JOÃO FORTES - CONSOLIDADO - EXCETO PATRIMONIO DE AFETAÇÃO	467	6	2277	319	3069
JFE 36 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - "Quinta de Altiora" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	1	1	3	0	5
SPE AMERICAS PROJETO 02 LTDA - "One Offices" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	3	1	15	1	20
INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 12 LTDA - "Mediterrâneo Residência" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	1	1	16	0	18
JFE 34 - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Le Quartier Granbery" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	2	1	37	73	113

JFE 32 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Fórum Empresarial Taquara" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	3	1	28	0	32
JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. - "Mares de Goa" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	2	1	28	5	36
JFE 18 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Le Quartier Boulevard Taguatinga" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	10	0	148	44	202
JFE 53 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - "Ocean Garden Condominium Club" - COM PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	0	0	78	9	87
	489	12	2630	451	3582

Passivo concursal - Quadro geral (Nº credores)

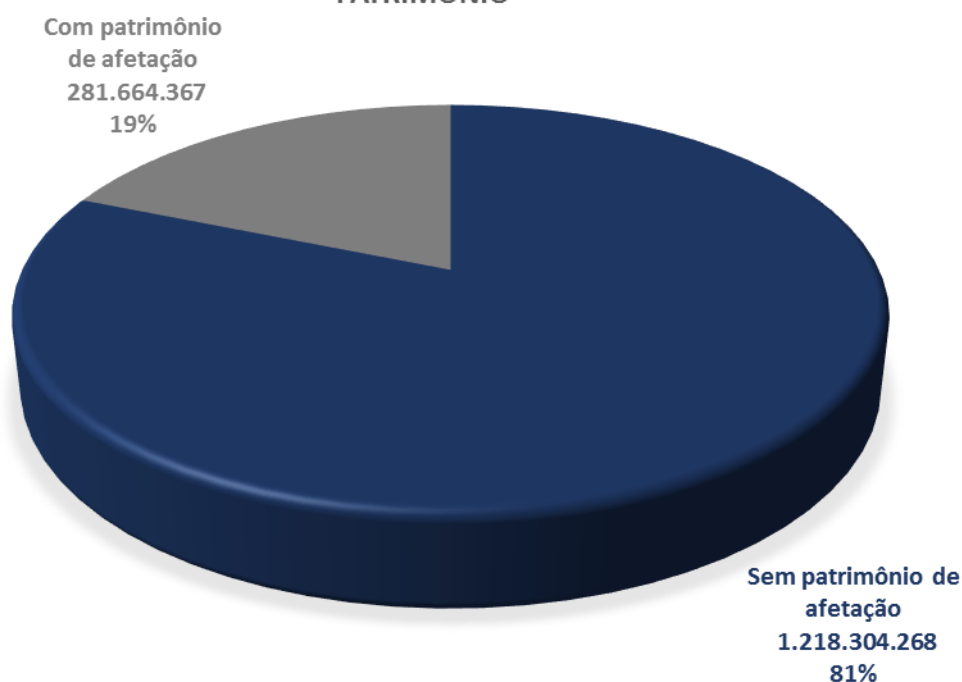


43. O passivo concursal consolidado da recuperanda (exceto com patrimônio de afetação) é composto, por 3.069 credores (86% do total) e respondem por 81% do valor total do referido passivo. Dentre as recuperandas com afetação de patrimônio, destaca-se a empresa JFE 18 EMPREENDIMENTOS, com 202 credores (6% do total) e responde por 6% do valor total dos créditos.

2.3. Por vínculo de patrimônio

Passivo concursal - Quadro Geral - Por vínculo de patrimônio		
	Valor (R\$)	Part %
Sem patrimônio de afetação	1.218.304.268	81%
Com patrimônio de afetação	281.664.367	19%
Total	1.499.968.635	100%

PASSIVO CONCURSAL - QUADRO GERAL - POR VÍNCULO DE PATRIMÔNIO



44. O passivo concursal da recuperanda é composto, majoritariamente, por créditos sem patrimônio de afetação (81%), ao passo que o passivo concursal com patrimônio de afetação corresponde a 19% do total.

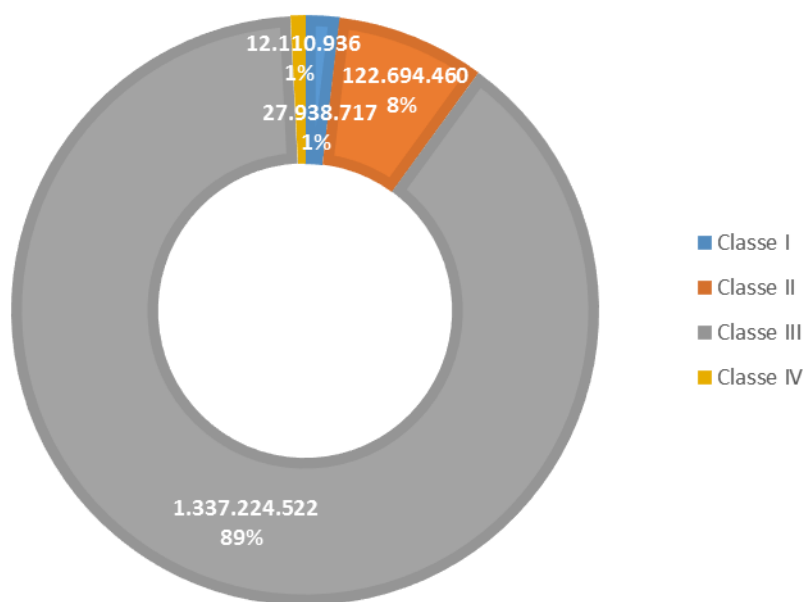
➤ 3. PASSIVO CONCURSAL – POR CLASSE

45. O passivo concursal da recuperanda é composto, majoritariamente, por créditos incluídos na Classe III, que representam 89% (oitenta e nove por cento) dos créditos totais, sendo a referida classe composta por débitos oriundos de Distratos/Rescisões/Condenações, operações permutantes, empréstimos,

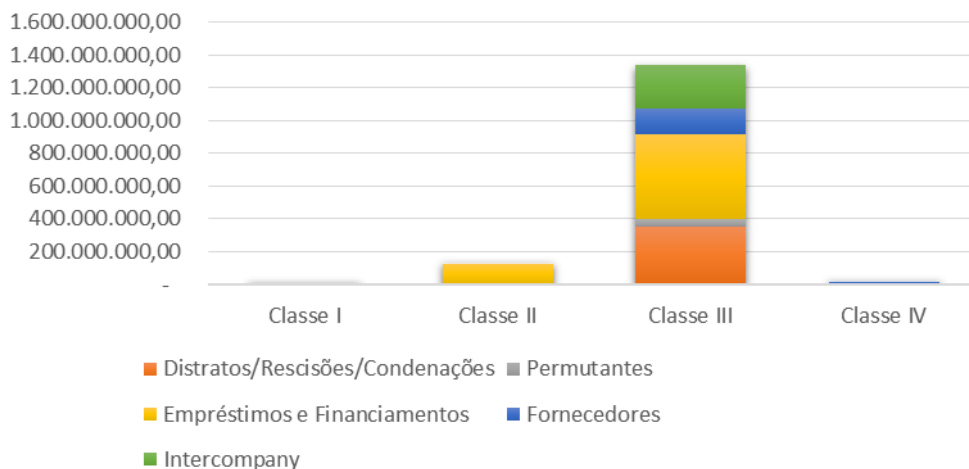
fornecedores e transações intercompany. Dentro da Classe III, os créditos sem afetação de patrimônio correspondem a 82% do total.

Passivo concursal - Por classe				
	Sem patrimônio de afetação	Com patrimônio de afetação	Total	Part %
Classe I	27.500.783	437.934	27.938.717	2%
Classe II	89.778.837	32.915.622	122.694.460	8%
Classe III	1.091.764.461	245.460.061	1.337.224.522	89%
Classe IV	9.260.187	2.850.750	12.110.936	1%
Total	1.218.304.268	281.664.367	1.499.968.635	100%

DÍVIDA POR CLASSE - (R\$)



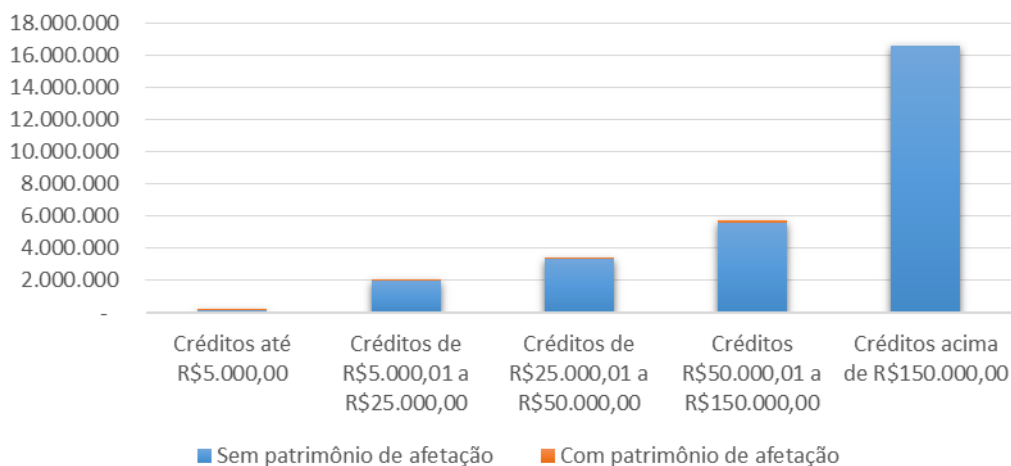
Credores por classe



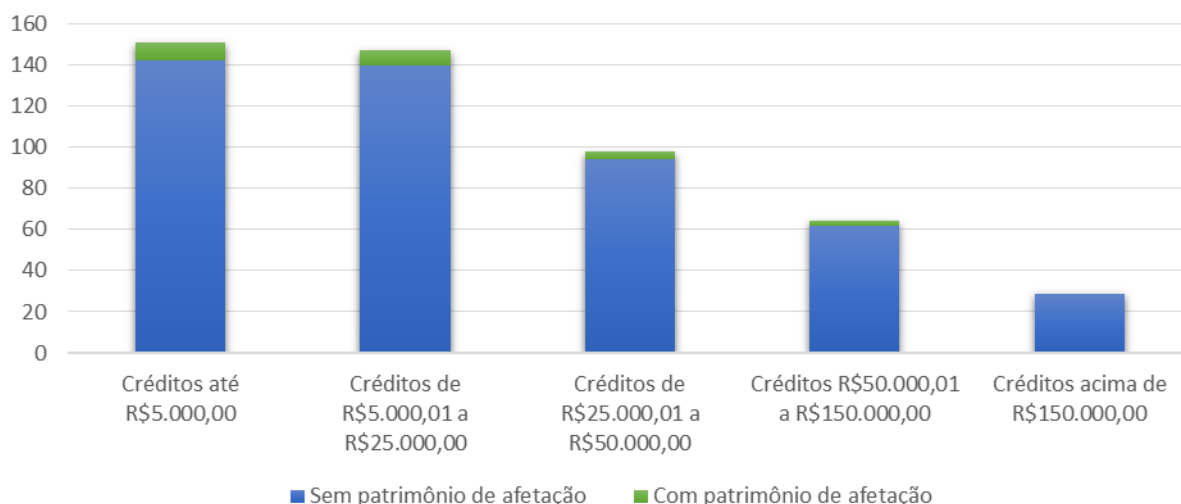
3.1 Credores por categoria – Classe I

Classe I - Trabalhista/Honorários	Sem patrimônio de afetação	Com patrimônio de afetação	Valor total	% do Total da classe	Sem patrimônio de afetação	Com patrimônio de afetação	Nº de credores	% do total de credores da classe
Créditos até R\$5.000,00	120.086	15.753	135.839	0,5%	142	9	151	31%
Créditos de R\$5.000,01 a R\$25.000,00	1.951.016	104.043	2.055.059	7,4%	140	7	147	30%
Créditos de R\$25.000,01 a R\$50.000,00	3.304.930	144.029	3.448.959	12,3%	94	4	98	20%
Créditos R\$50.000,01 a R\$150.000,00	5.579.566	174.109	5.753.675	20,6%	62	2	64	13%
Créditos acima de R\$150.000,00	16.545.184	-	16.545.184	59,2%	29	0	29	6%
Total	27.500.783	437.934	27.938.717	100,0%	467	22	489	100%

Classe I - Trabalhista/Honorários (por valor)



Classe I - Trabalhista/Honorários (Por nº de credores)

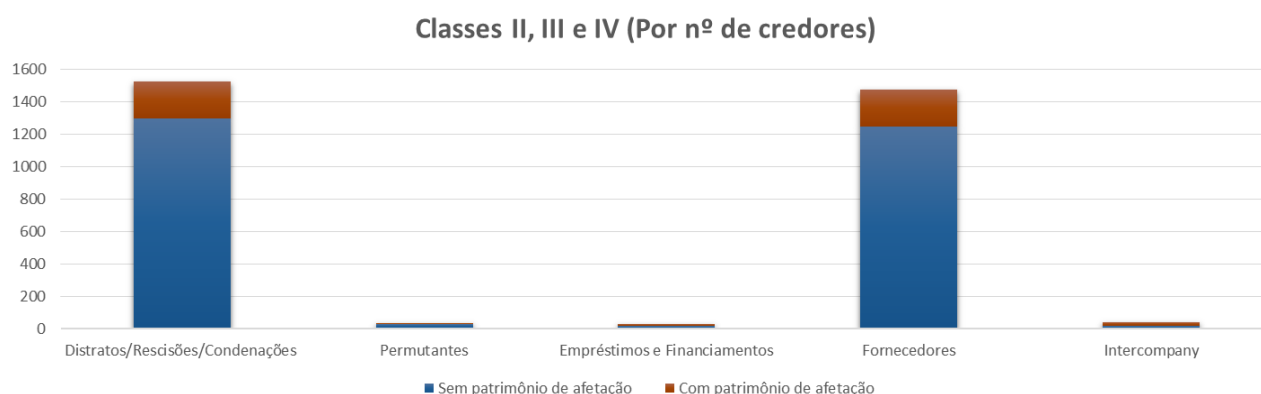
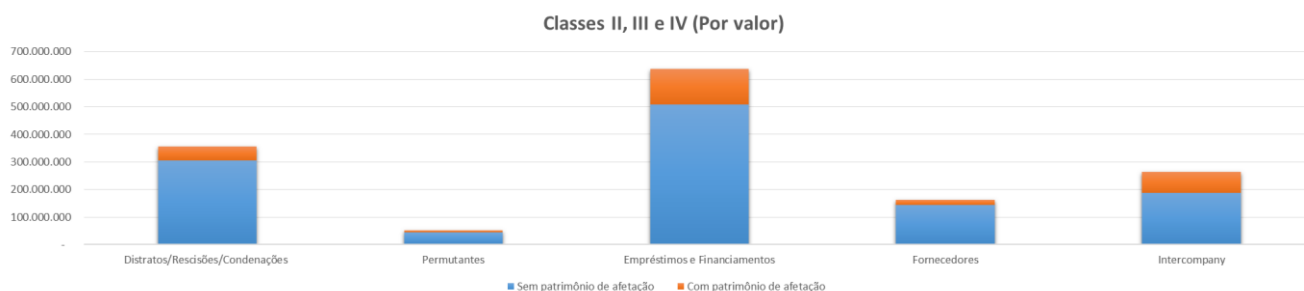


46. Observa-se que, do total de credores da classe 1, 31% (151), cujos créditos individuais possuem teto de R\$ 5.000,00, respondem por 0,5% (R\$ 135.839,00) do total da classe. Por outro lado, 6% dos credores (29), cujos créditos individuais superam R\$ 150.000,00, respondem por 59,2% (R\$ 16.545.184,00) do total da classe.

2.2. Credores por categoria – Classes II, III e IV agrupados

Classes II, III e IV								
Tipo de credor	Sem patrimônio de afetação	Com patrimônio de afetação	Valor total	% do Valor total das classes	Sem patrimônio de afetação	Com patrimônio de afetação	Quantidade de credores	% de credores das classes
Distratos/Rescisões/Condenações	305.452.870	50.078.136	355.531.005	24%	1295	227	1522	49%
Permutantes	45.373.817	6.082.785	51.456.602	3%	27	2	29	1%
Empréstimos e Financiamentos	508.940.918	129.058.755	637.999.673	43%	16	12	28	1%
Fornecedores	144.265.493	17.807.706	162.073.199	11%	1246	226	1472	48%
Intercompany	186.770.387	78.199.051	264.969.438	18%	18	24	42	1%
Total	1.190.803.485	281.226.433	1.472.029.918	100%	2602	491	3093	100%

47. Na avaliação do grupo de credores das classes II, III e IV, destaca-se o valor oriundo de operações de crédito, onde 1% dos credores (ou seja, 28 credores) possuem 43% dos créditos no montante de R\$ 637.999.673,00 (seiscentos e trinta e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e setenta e três reais).



48. Por outro lado, ainda na análise de credores das classes II, III e IV, observa-se que as dívidas relativas a “distratos/rescisões/condenações” englobam 49% dos credores listados (1.295), correspondendo a 24% do passivo dessas classes, e as dívidas com “fornecedores” englobam 48% dos credores (1.472) e 11% do passivo de tais classes total de valores do grupo.

VII. DA ANÁLISE DO CONTÁBIL-FINANCEIRA DO GRUPO JOÃO FORTES ENGENHARIA

49. No tocante as informações contábeis do Grupo João Fortes, conforme já mencionado pela Administração Judicial nos relatórios anteriores, as contas das Recuperandas passaram por um longo período de auditoria, relativo aos lançamentos contábeis de dezembro/2019 a dezembro/2020.

50. Importante mencionar que as Recuperandas no dia 20/04/2021, disponibilizaram os demonstrativos contábeis auditados de 2019 e 2020, bem como atualizou os demonstrativos de 2021, sendo certo que os referidos dados ainda estão sendo processados e analisados pela equipe contábil da Administração Judicial.

51. Em que pese tais dados ainda estarem sob análise, a Administração Judicial apresenta como anexo a referida documentação auditada, visando dar maior publicidade aos dados já divulgados ao mercado (**Doc. nº 01**).

52. Diante disso, informa a Administração Judicial que apresentará sua análise no bojo do 12º Relatório Mensal, a ser apresentado no dia 30/05/2021.

VII - RELATÓRIO DE ANDAMENTOS PROCESSUAIS

53. Por fim, garantindo a sistematização de informações de modo transparente e objetivo para consulta dos credores, Ministério Público e deste d. Juízo, de modo a fomentar a transparência na condução do procedimento recuperacional, esta A.J. apresenta anexo seu “Relatório de Andamentos Processuais”, no qual consta toda a movimentação processual realizada até então (**Doc. nº 02**).

VIII - RELATÓRIO DE INCIDENTES PROCESSUAIS

54. A A.J. apresenta seu Relatório de Incidentes Processuais, haja vista terem sido apresentadas habilitações e impugnações de crédito - autuadas em apartado ao processo de recuperação judicial em epígrafe (**Doc. nº 03**).

IX – RELATÓRIO DE ANDAMENTO DOS AGRAVOS DE INSTRUMENTO

55. A A.J. apresenta seu Relatório de Andamento dos Agravos de Instrumento interpostos nesta recuperação judicial para melhor visualização dos julgamentos que podem impactar diretamente a presente recuperação judicial. (**Doc. nº 04**).

X – FORMULÁRIO CNJ - RECOMENDAÇÃO Nº 72/2020

1. Há litisconsórcio ativo? ☒ SIM ☐ NÃO

1.1. Em positivo, identifique qual(ais) devedor(es) se refere o presente relatório:

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. (CNPJ nº 33.035.536/0001-00); ALFA PORT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 32.170.094/0001-33); CHARITAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

S.A. (CNPJ nº 18.983.215/0001-35); CINCO DE JULHO INCORPORAÇÕES SPE LTDA. (CNPJ nº 09.104.082/0001-99); CNR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 01.631.599/0001-24); CONTEMPORANIUM EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA. (CNPJ nº 08.689.760/0001-60); COSTABELLA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ nº 31.242.472/0001-84); FRANK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ nº 05.382.152/0001-10); HOUSE VENDAS LTDA. (CNPJ nº 11.096.271/0001-09); INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 3 LTDA. (CNPJ nº 09.104.096/0001-02); INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 5 LTDA (CNPJ nº 11.994.420/0001-57); INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 6 LTDA. (CNPJ nº 11.921.670/0001-67); INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 7 LTDA. (CNPJ nº 12.794.291/0001-16); INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 8 LTDA. (CNPJ nº 12.794.373/0001-60); INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 10 LTDA (CNPJ nº 13.279.257/0001-76); INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA 12 LTDA. (CNPJ nº 13.265.370/0001-00); INPAR EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO VIVE LA VIE SPE 34 LTDA. (CNPJ nº 08.675.631/0001-12); IPP RESIDENCIAL ILE SAINT LOUIS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 08.851.619/0001-11); IPP RESIDENCIAL KANDINSKY EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA (CNPJ nº 08.175.290/0001-16); JFE 2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ nº 09.635.317/0001-79); JFE 5 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 09.635.281/0001-23); JFE 6 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 09.637.910/0001-54); JFE 7 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 09.635.348/0001-20); JFE 8 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ nº 09.635.311/0001-00); JFE 9 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 09.663.835/0001-04); JFE 10 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ nº 09.635.555/0001-84); JFE 11 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ nº 11.096.259/0001-02); JFE 12 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., (CNPJ nº 11.096.264/0001-07); JFE 16 EMPREENDIMENTOS

IMOBILIÁRIOS SPE S.A. (CNPJ nº 11.323.252/0001-78); JFE 18 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 11.323.238/0001-74); JFE 32 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., (CNPJ nº 13.016.891/0001-16); JFE 34 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 14.148.465/0001-07); JFE 35 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 13.016.841/0001-39); JFE 36 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 14.125.061/0001-90); JFE 42 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S.A. (CNPJ nº 14.148.570/0001-38); JFE 43 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 14.148.595/0001-31); JFE 45 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 14.237.405/0001-52); JFE 46 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., (CNPJ nº 08.266.518/0001-83); JFE 49 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., (CNPJ nº 15.539.024/0001-90); JFE 50 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 15.538.987/0001-70); JFE 53 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA (CNPJ nº 15.434.883/0001-15); JFE 54 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 15.434.847/0001-51); JFE 55 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., (CNPJ nº 15.434.885/0001-04); JFE 60 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 16.559.091/0001-30); JFE 67 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., (CNPJ nº 16.717.071/0001-40); JFE 68 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 16.717.144/0001-01); JFE 70 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 16.699.622/0001-90); JFE 71 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA (CNPJ nº 17.550.411/0001-53); JFE 73 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 17.631.636/0001-34); JFE 74 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., (CNPJ nº 17.630.876/0001-14); JFE 76 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 17.630.938/0001-98); JFE PEI 61 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 16.559.103/0001-26); JFE ROSÁRIO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA. (CNPJ nº 07.807.960/0001-07); JOÃO FORTES

CONSTRUTORA LTDA. (CNPJ nº 01.925.030/0001-71); LB 10 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 10.176.231/0001-04); LB 12 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. CNPJ nº 12.652.660/0001-36); MNR 3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CNPJ nº 08.413.875/0001-270; MNR 7 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., (CNPJ nº 09.208.566/0001-88); NS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO NOROESTE I SPE S.A. (CNPJ nº 11.099.854/0001-93); SPE AMERICAS PROJETO 02 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., (CNPJ nº 12.396.858/0001-04); ANDORINHA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., (CNPJ nº 10.225.304/0001-00); ARARA EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 10.145.755/0001-38); SPE CEILÂNDIA BSB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., (CNPJ nº 13.523.499/0001-63)

2. Este relatório é:

2.2. Mensal

2.2.1. Houve alteração da atividade empresarial?

☒ NÃO

☐ SIM . Quais: [Clique aqui para digitar texto.](#)

2.2.2. Houve alteração da estrutura societária e dos órgãos de administração?

☒ NÃO

☐ SIM . Quais: [Clique aqui para digitar texto.](#)

2.2.3. Houve abertura ou fechamento de estabelecimentos?

☒ NÃO

☐ SIM . Quais: [Clique aqui para digitar texto.](#)

2.2.4. Quadro de funcionários

2.2.4.1. Número de funcionários/colaboradores total (por Recuperanda): João

Fortes Construtora: 60; João Fortes Engenharia: 42; House Vendas: 1

2.2.4.1.1. Número de funcionários CLT: 91 funcionários CLT. Não estão incluídos nesse número os funcionários da companhia que não são regidos pela CLT, como estagiários, diretores estatutários e conselheiros

2.2.4.1.2. Número de pessoas jurídicas: 0 funcionários PJ

2.2.5. Análise dos dados contábeis e informações financeiras

2.2.5.1. Ativo (descrição / evolução): [CONFIDENCIAL – Informação constante do Relatório apresentado no apenso]

2.2.5.2. Passivo: [CONFIDENCIAL – Informação constante do Relatório apresentado no apenso]

2.2.5.2.1. Extraconcursal: Os tópicos a seguir indicam a abertura dos valores do passivo extraconcursal das recuperandas, cuja parcela mais relevante se dá por conta de dívidas tributárias/fiscais.

2.2.5.2.1.1. Fiscal: [CONFIDENCIAL – Informação constante do Relatório apresentado no apenso]

2.2.5.2.1.1.1. **Contingência:** A companhia possui atualmente dívidas relacionadas à contingências tributárias e fiscais cujo valor de perda esperada total se aproxima de R\$ 7,3M, conforme controle gerencial da companhia

2.2.5.2.1.1.2. **Inscrito na dívida ativa:** Além das execuções fiscais judicializadas, dispostas no item anterior, que estão em dívida ativa, há também tributos de IPTU, remontando a um valor próximo a R\$ 3,2M, que também se encontram em dívida ativa, segundo controle gerencial da companhia

2.2.5.2.1.2. **Cessão fiduciária de títulos/direitos creditórios:** As recuperandas possuem atualmente um passivo de aproximadamente R\$ 11,6M coberto por garantia de Cessão Fiduciária, onde ativos foram colocados em garantia para dívidas

de financiamento à produção e/ou capital de giro para as recuperandas. Tal valor foi verificado na fase administrativa de Habilitações e Divergências.

2.2.5.2.1.3. Alienação fiduciária: As recuperandas possuem atualmente um passivo de cerca de R\$ 28,8M coberto por garantias em Alienação Fiduciária, onde ativos imobiliários foram colocados em garantia para dívidas de financiamento à produção e/ou capital de giro para as recuperandas. Tal valor foi verificado na fase administrativa de Habilitações e Divergências.

2.2.5.2.1.4. Arrendamentos mercantis: As recuperandas não possuem passivos relacionados à arrendamentos mercantis

2.2.5.2.1.5. Adiantamento de contrato de câmbio (ACC): As recuperandas não possuem passivos relacionados a adiantamento de contrato de câmbio

2.2.5.2.1.6. Obrigação de fazer: Todas as dívidas líquidas das recuperandas relacionadas à Obrigação de Fazer são concursais e estão relacionadas à recuperação judicial. Quaisquer dívidas ilíquidas nesse mérito estão contidas na relação de ações, protocolada nos autos do processo de recuperação.

2.2.5.2.1.7. Obrigação de entregar: As recuperandas são responsáveis pela conclusão de 7 empreendimentos (Le Quartier Boulevard Taguatinga, Kimberley Plain, Terramarine, Ocean Garden, Start Collection e Palms Recreio), cujos clientes ainda não receberam suas unidades. A companhia está buscando um financiamento com objetivo de finalizar tais obras e cumprir com a obrigação concursal de entrega das unidades.

2.2.5.2.1.8. Obrigação de dar: Todos os contratos de compra firmados pelas recuperandas que envolvem confissão de dívida líquida foram listados no QGC da recuperação judicial, em virtude de seu caráter concursal. Nesse âmbito, essa classificação também inclui os contratos que possuem a obrigação de dar, relacionados à alguma dívida confessada.

2.2.5.2.1.9. Obrigações ilíquidas: Todas obrigações ilíquidas das recuperandas

foram relacionadas na lista de processos judiciais ilíquidos, e se encontram disponíveis nos autos do processo de recuperação judicial. Nessa relação, estão incluídos os processos com futuros créditos, uma vez que se tornem líquidos, concursais ou extraconcursais.

2.2.5.2.1.10.1. Justificativa (Caso necessário): Diversas informações respondidas neste formulário se referem à informações contábeis das DFs de janeiro/21, que ainda não foi auditada por um terceiro independente. Nesse sentido, solicitamos que todas respostas com a marca [CONFIDENCIAL], bem como os documentos disponibilizados em anexo, não sejam compartilhadas publicamente.

2.2.5.2.1.10.2. Observações (Caso necessário):

2.2.5.2.1.11. Pós ajuizamento da RJ

2.2.5.2.1.11.1. Tributário: [CONFIDENCIAL – Informação constante do Relatório apresentado no apenso]

2.2.5.2.1.11.2. Trabalhista: Desde a petição para recuperação judicial, as recuperandas estão em dia com os pagamentos salariais aos colaboradores da companhia. Também não houve condenações trabalhistas em dívidas com fatos geradores posteriores ao pedido de recuperação judicial.

2.2.5.2.1.11.3. Outros: [CONFIDENCIAL – Informação constante do Relatório apresentado no apenso]

2.2.5.2.1.11.3.1. Observações: Diversas informações respondidas neste formulário se referem à informações contábeis das DFs de dezembro/20, que ainda não foi auditada por um terceiro independente. Nesse sentido, solicitamos que todas respostas com a marca [CONFIDENCIAL], bem como os documentos disponibilizados em anexo, não sejam compartilhadas publicamente.

2.2.5.2.1.11.4. Observações / Gráficos: **(Eventuais gráficos devem ser encaminhados em anexo):** Clique aqui para digitar texto.

2.2.6. Demonstração de resultados (evolução): **(Eventuais gráficos devem ser encaminhados em anexo)**

2.2.6.1. Observações (análise faturamento / índices de liquidez / receita x custo / receita x resultado) **(Eventuais gráficos devem ser encaminhados em anexo)**

2.3. Questionário sobre a duração dos atos processuais (considerar dias corridos em todas as respostas)

1. A devedor é:

- ☐ empresa de pequeno porte EPP;
- ☐ microempresa (ME)
- ☐ empresa média
- ☐ empresa grande
- ☒ grupos de empresas
- ☐ empresário individual

2. Houve litisconsórcio ativo? ☒ SIM ☐ NÃO

2.1. Em caso positivo:

- 63 litisconsortes ativos
- O Plano de recuperação foi ☐ unitário ☒ individualizado

3. Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo:

• tributário: ☐ SIM ☒ NÃO

• demais créditos excluídos da RJ: ☐ SIM ☒ NÃO

4. Houve realização de constatação prévia: ☐ SIM ☒ NÃO

Em caso positivo, a constatação foi concluída em [Clique aqui para digitar texto.](#) dias.

5. O processamento foi deferido: ☒ SIM ☐ NÃO

Em caso positivo, em quanto tempo? 15 dias desde a distribuição da inicial.

Em caso positivo, houve emenda da inicial? ☐ SIM ☒ NÃO

Em caso negativo, em se tratando de litisconsorte, indicar:

☐ indeferimento para todos os litisconsortes;

☐ indeferimento para [Clique aqui para digitar texto.](#) litisconsortes

Em caso negativo, indicar fundamento legal para indeferimento:

[Clique aqui para digitar texto.](#)

6. Qual o tempo decorrido entre:

6.1. A distribuição da inicial e a relação de credores elaborado administrador judicial: **126 dias.**

6.2. A decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborado administrador judicial: **111 dias.**

6.3. A distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação: [Clique aqui para digitar texto.](#) dias.

6.4. A distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores: [Clique aqui para digitar texto.](#) dias.

6.5. A distribuição da inicial e a aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores: [Clique aqui para digitar texto.](#) dias.

6.6. A distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano): [Clique aqui para digitar texto.](#) dias.

6.7. A distribuição da inicial e a convolação em falência:

- em caso de plano rejeitado pela assembleia de credores: [Clique aqui para digitar texto.](#) dias.
- em caso de recuperação judicial concedida: [Clique aqui para digitar texto.](#) dias.

6.8. A distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores: [Clique aqui para digitar texto.](#) dias.

6.9. A duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05: [Clique aqui para digitar texto.](#) dias.

6.10. O tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial (quando não convolada em falência): [Clique aqui para digitar texto.](#) dias.

7. Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58, §1º, da Lei 11.101/05 (*cram down*): ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

8. Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial: ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

8.1. Em caso positivo, o plano foi: ☐ **mantido integralmente** ☐ **mantido em parte** ☐ **anulado**

9. Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável): ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

10. Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05: ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

10.1. Em caso positivo, o leilão foi realizado: ☐ **antes** ☐ **depois** ☐ **antes e depois (se mais de um leilão e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação)**

10.2. Houve recurso contra a decisão que deferiu ou indeferiu a alienação de filial ou UPI: ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

10.3. Na hipótese de recurso, a realização do leilão foi: ☐ **autorizada** ☐ **rejeitada**

11. Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05: ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

11.1. Em caso positivo, a alienação foi realizada: ☐ **antes** ☐ **depois** ☐ **antes e depois (se mais de uma alienação e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação).**

12. Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial: ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

12.1. Em caso positivo, houve a outorga de garantia real ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

12.2. Em caso de outorga, a garantia constituída foi ☐ **alienação fiduciária** ☐ **cessão fiduciária** ☐ **hipoteca** ☐ **penhor** ☐ **outro direito real de garantia.**

13. Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial ☐ **SIM** ☐ **NÃO NÃO SE APLICA**

13.1. Em caso positivo, o pedido foi formulado:

- [Clique aqui para digitar texto. dias contados da distribuição da inicial](#)
- [Clique aqui para digitar texto. dias contados da concessão da recuperação judicial](#)

13.2. O plano modificativo foi: ☐ **aprovado** ☐ **rejeitado**

13.3. Em quanto tempo a contar da sua apresentação o plano de recuperação modificativo foi aprovado ou rejeitado: [Clique aqui para digitar texto. dias](#)

14. Indique a razão da convolação da recuperação judicial em falência:
[Clique aqui para digitar texto.](#)

E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.



PRESERVA-AÇÃO ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Bruno Galvão S.P. de Rezende
OAB/RJ 124.405 - OAB/SP 420.341

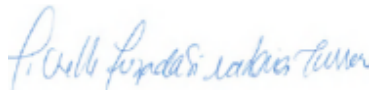
GERÊNCIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
COORDENADORES



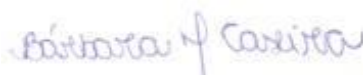
Armando Roberto R. Vicentino – OAB/RJ 155.588- OAB/SP 420.340



Alexsandro Cruz de Oliveira – OAB/RJ 161.886- OAB/SP 420.336



Michelle Fiuza Da Silva Lima Musser– OAB/RJ 159.319- OAB/SP 420.350



Bárbara Maços Caseira – OAB/RJ 217.679

GERÊNCIA DE INTERFACE CREDOR - DEVEDOR



Gustavo Gomes Silveira – OAB/RJ 89.390- OAB/SP 420.345

COORDENAÇÃO DE COMPLIANCE E GOVERNANÇA



Rejane Ramos Magalhães Monteiro – CRA/20-92741

COORDENAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA



Marcus Vinicius Rocha da Silva - CRC/RJ 116.110/O
Contador

COORDENAÇÃO DE AUDITORIA EXECUTIVA FINANCEIRA



Luiz Henrique Pereira Fernandes - CRA/RJ 2058310-9